

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

DIOGO DINIZ DE LIMA SOUZA

**Evidenciação Contábil nas Entidades Desportivas:
Uma Análise Comparativa Entre os Clubes Brasileiros**

**JOÃO PESSOA
2014**

DIOGO DINIZ DE LIMA SOUZA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, do Departamento de Finanças e Contabilidade, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do grau de bacharel em Ciências Contábeis, tendo como orientador o Professor Dr. Wenner Gláucio Lopes Lucena.

JOÃO PESSOA
2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S729e

Souza, Diogo Diniz de Lima.

Evidênciação contábil nas entidades desportivas: uma análise comparativa entre os clubes brasileiros. / Diogo Diniz de Lima Souza. – João Pessoa: UFPB, 2014.
62f. :il

Orientador(a): Prof^o. Dr. Wenner Gláucio Lopes Lucena.
Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – UFPB/CCSA.

1. Demonstrações contábeis - evidênciação. 2. Clubes brasileiros de futebol. 3. Lucena, Wenner Gláucio Lopes. I. Título.

UFPB/CCSA/BS

CDU: 658.15(043.2)

DIOGO DINIZ DE LIMA SOUZA

**Evidenciação Contábil nas Entidades Desportivas:
Uma Análise Comparativa Entre os Clubes Brasileiros**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Ciências
Contábeis da Universidade Federal da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do grau de bacharel.

Aprovado em 06 de março de 2014.

BANCA EXAMINADORA

Orientador Prof. Dr. Wenner Gláucio Lopes Lucena

Prof. Dr. Edilson Paulo

Prof.Dr. Orleans Silva Martins

João Pessoa

2014

Aos meus pais Sônia Maria e José Diniz, companheiros em todas as horas.
A todos os verdadeiros amigos, que prefiro não relacionar com receio de cometer
alguma injustiça.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por me propiciar os meios necessários para que eu concretizasse a mais este objetivo.

Ao Prof. Dr. Orientador Wenner Gláucio Lopes Lucena, braço amigo de todas as etapas deste trabalho.

A minha família, pela confiança e motivação.

Aos amigos e colegas, pelo apoio durante esta jornada.

A todos que, com boa intenção, colaboraram para a realização e finalização deste trabalho.

“A imaginação é mais importante que a ciência, porque a ciência é limitada, ao passo que a imaginação abrange o mundo inteiro”.

Albert Einstein

RESUMO

A pesquisa tem o objetivo de investigar o nível de observância às normas brasileiras de contabilidade, presente nos demonstrativos dos clubes brasileiros. Para tanto, foi analisada, mediante métrica baseada nos dispositivos de *disclosure* preconizados na Lei n.º 9.615/98, na Resolução CFC n.º 1.005/04, na Lei n.º 6.404/76 (alterada pela Lei 11.638/2007), amostra composta por 57 demonstrações contábeis de clubes brasileiros de futebol no período de 2010 a 2012. A partir do teste de hipóteses verificou-se que a evidenciação apresenta correlação com as variáveis receitas e desempenho, o que significa que os clubes com melhores receitas estão melhorando a sua evidenciação para atender aos seus diversos usuários e obtendo uma melhor performance esportiva, uma vez que dispõem de mais recursos. A variável Torcida apresenta correlação com o montante de receitas obtidas, reforçando a idéia exposta pelos clubes de que o torcedor é o seu maior patrimônio, porém não existe uma correlação que comprove que os clubes que possuem mais torcida são os que obtêm mais títulos, o que demonstra que para obter êxito, os atletas precisam fazer a sua parte dentro do campo, reforçando o dito que torcida não ganha jogo. Em relação às Demonstrações Contábeis, as preconizadas no artigo 176 da lei n.º 6.404/76 e suas alterações na lei 11.638/07, são as elaboradas com maior frequência pelos clubes participantes da amostra. Os clubes brasileiros possuem um alto grau de aderência à maior parte dos itens exigidos pela NBC T 10.13, mas deixam a desejar quando o assunto é a evidenciação dos atletas, uma vez que apenas 15,8% de todas as Demonstrações Contábeis analisadas apresentam o gasto com formação de atletas no ativo imobilizado em conta específica e 14% apresentam nota explicativa com esse registro baixando o montante para o resultado do exercício.

Palavras-chave: Demonstrações Contábeis; Evidenciação; Clubes brasileiros de futebol.

ABSTRACT

The research aims to investigate the level of compliance with Brazilian accounting standards present in the statements of Brazilian clubs . Therefore, it was analyzed , based upon the devices recommended disclosure in Law metric. n° 9.615/98 , the CFC Resolution n° 1.005/04 , Law n° 6.404/76 (as amended by Law 11.638/2007), sample of 57 financial statements of Brazilian football clubs in the period 2010-2012 . From the hypothesis testing it was found that the disclosure is correlated with income and performance variables, which means that clubs with higher income are improving their disclosure to meet their diverse users and getting better sports performance , since who have more resources , wick variable correlates with the amount of receipts reinforcing the idea exposed by the clubs that the supporter is his greatest asset , but there is no correlation showing that the clubs that have more fans are you get more titles, which shows that to succeed , athletes need to do their part on the field , said that strengthening the crowd does not win the game. Regarding the financial statements, as those outlined in Article 176 of Law n° 6.404/76 and its amendments in Law n° 11.638/07, are drawn more frequently by participating clubs sample Brazilian clubs have a high degree of adhesion to most of items required by the NBC T 10:13, but fall short when it comes to the disclosure of the athletes , since only 15.8% of all financial statements have analyzed spending on training athletes in the fixed assets account and specifies 14 % present note exploratory with this record lowering the amount to for profit for the year.

Keywords : financial statements; Disclosure; Brazilian Football Club .

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo da Atividade das Entidades Desportivas	22
Figura 2 - Diagrama de Dispersão entre as variáveis Receitas e Evidenciação	43
Figura 3 - Diagrama de Dispersão entre as variáveis Desempenho e Evidenciação	44
Figura 4 - Diagrama de Dispersão entre as variáveis Torcida e Receitas.....	45
Figura 5 - Diagrama de Dispersão entre as variáveis Torcida e Títulos.....	46

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Atributos da Informação	28
Quadro 2 - Relação dos Clubes Estudados	35
Quadro 3 – Evidenciação X Receitas e Desempenho no Período de 2010 a 2012 ..	42
Quadro 4 - Tamanho da Torcida X Receitas e Títulos	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Clubes Brasileiros X Disclosure das Demonstrações Contábeis	37
Tabela 2 - Clubes Brasileiros X Disclosure lei 9.615/98 e Alterações	38
Tabela 3 - Clubes Brasileiros X Disclosure NBC T 10 13.....	39
Tabela 4 - Clubes Brasileiros X Atributos Qualitativos	41

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

MP	Medida Provisória
NBC T	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica
CLUBE DOS 13	União dos Grandes Clubes do Futebol Brasileiro
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CONMEBOL	Confederação Sul-Americana de Futebol
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado
CBF	Confederação Brasileira de Futebol
TV	Televisão
MSI	<i>Media Sports Investments</i>
S. A.	Sociedade Anônima
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
DL	Decreto Lei
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
ITG	Interpretação Técnica Geral
IAS	<i>International Accounting Standard</i>
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
MQO	Método dos Mínimos Quadrados
FPF	Federação Paulista de Futebol
DC	Demonstrações Contábeis
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMATIZAÇÃO	15
1.2 OBJETIVOS	16
1.2.1. Objetivo Geral	16
1.2.2. Objetivos Específicos	16
1.3 JUSTIFICATIVA	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DO FUTEBOL	18
2.1.1 Origem do futebol no mundo	18
2.1.2 Origem do futebol no Brasil	19
2.1.3 A evolução do futebol como negócio	20
2.2 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS CLUBES BRASILEIROS	23
2.2.1 Clube dos 13	23
2.2.2 Forma de Gestão dos Clubes Brasileiros	24
2.2.3 A Rescisão de contratos com patrocinadores e o impacto na performance dos clubes Brasileiros	25
2.3 NORMAS E LEGISLAÇÕES	25
2.3.1 Normas Brasileiras de Contabilidade	26
2.3.2 Evidenciação Contábil	26
2.3.3 Legislação Aplicada às Entidades Desportivas	28
2.4 ESTUDOS RELACIONADOS	32
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	37
4.1 TESTE DAS HIPÓTESES	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
5.1 ESTUDOS SUGERIDOS	48
REFERÊNCIAS	49
APÊNDICE A – CHECKLIST DE ITENS DE EVIDENCIAÇÃO	58
APÊNDICE B - CAMPEÕES DE 2010 A 2012	60
APÊNDICE C - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DOS CLUBES ESTUDADOS	61
ANEXO A - GRAU DE RELACIONAMENTO E TIPO DE CORRELAÇÃO	62

1 INTRODUÇÃO

A cada ano que se passa a prática esportiva torna-se de vital importância para proporcionar qualidade de vida para as pessoas, e sob este aspecto em nível de Brasil o futebol é uma paixão nacional. (DELOITTE, 2011) e (HOLANDA ET. AL 2012). Não obstante, o reflexo de tal prática gera benefícios de cunho social, cultural e principalmente econômico.

O futebol movimenta quantias financeiras cada vez mais altas em todo o mundo, é notório o crescimento nas receitas proporcionadas por essa modalidade, ele deixou de ser apenas um lazer e se tornou um ramo de negócio extremamente lucrativo, conforme apresenta Deloitte (2013) em que enfatiza as vinte maiores receitas operacionais dos clubes europeus na temporada 2011/2012 em torno de 4,8 bilhões de euros. E sob esta ótica o futebol brasileiro figura como um mercado crescente e com receitas altas, pois, de acordo com BDO (2013) o faturamento dos 24 principais clubes brasileiros na temporada 2012 totalizaram 3,19 bilhões de reais.

Desta forma, o elevado volume financeiro apresentado nos últimos anos evidencia o grande potencial econômico do Futebol como referendado por diversos autores que vem estudando o tema (SILVA, TEIXEIRA, NYAMA, 2009); (CARDOSO, MAIA E PONTE, 2012); (HOLANDA ET AL, 2012); (LEITE E PINHEIRO, 2012); (BDO, 2013). Com isso as Demonstrações Contábeis dos Clubes de Futebol se tornam peça chave no cenário econômico, pois, os clubes necessitam divulgar e evidenciar de forma transparente as informações contábeis para toda a Sociedade.

Nessa linha de raciocínio foi instituída a Medida Provisória nº 79, promulgada em 27 de novembro de 2002 em que altera a Lei nº 9.615/98 obrigando os clubes brasileiros com atletas profissionais a elaborarem e publicarem as demonstrações financeiras de acordo com as leis societárias vigentes. Mais tarde, com as novas exigências das normas internacionais foram surgindo, novos adendos como, por exemplo, NBC T 10.13, aprovada pela Resolução nº 1.005/04.

Diante de uma nova realidade no cenário mundial e consequentemente brasileiro, se faz necessário que as DC apresentadas por essas entidades também acompanhem essa evolução, apresentando cada vez mais um maior grau quantitativo e principalmente qualitativo nas suas informações, buscando evidenciar de maneira fidedigna a sua situação econômica, financeira e patrimonial para os

seus usuários nos mais diversos níveis.

Segundo Iudícibus (2004), as DC devem apresentar em seu escopo a maior quantidade de informações relevantes possíveis, dispostas de forma objetiva e utilizando uma linguagem simplória facilitando o entendimento dessas informações por parte dos seus usuários, em relação às notas explicativas, o supracitado autor ressalta a importância de sua utilização para evidenciar informações qualitativas ou cuja clareza poderia ficar comprometida se inseridas nos demonstrativos contábeis, proporcionando assim, maior confiabilidade as suas demonstrações.

Com as mudanças ocorridas pelo desenvolvimento em vários aspectos do futebol, inclusive o financeiro, Cardoso, Maia e Ponte (2012) afirmam que as demonstrações são um importante meio de comunicação do clube com seu ambiente de negócios, demonstrando o comprometimento com a gestão do clube.

Um planejamento mal elaborado pode ocasionar sérios problemas aos clubes dentro e fora de campo, por exemplo, o Club de regatas Vasco da Gama que teve o seu descenso no campeonato nacional série A no ano de 2008, Silva; Teixeira e Niyama (2009) cita a baixa governança corporativa presente no clube como um dos principais fatores para esse insucesso, no ano de 2013 o Vasco voltou a ser rebaixado, por sua vez, um planejamento adequado, com uma boa pré temporada, logística de treinos e viagens adequadas ao seu calendário esportivo e principalmente um elenco com boas peças de reposição proporcionam ao clube melhores resultados nas competições disputadas, gerando consequentemente, um aumento nas receitas dos mesmos, uma vez que o clube obtendo resultados satisfatórios atrai a presença de novos patrocinadores e a satisfação de seus torcedores, que acabam dedicando uma parte maior do seu tempo e da sua renda ao clube (DANTAS E BOENTE, 2012).

1.1 PROBLEMATIZAÇÃO

O futebol já foi um esporte que era jogado e dirigido apenas por amadores, que não visavam à obtenção de lucro com o passar dos anos, conforme Leoncini (2001) diversas são as transformações sociais que tem ocorrido no ambiente dos clubes de futebol. Um fator essencial para essas mudanças foi a profissionalização do futebol.

Dantas e Boente (2011) afirmam que o futebol começou a ser tratado como negócio a partir do momento que a televisão passou a exibir os jogos gratuitamente, trazendo maior visibilidade aos clubes e assim originou os patrocinadores, tanto nas placas publicitárias, como nas camisas das equipes, a evolução do futebol trouxe diversas formas de se ganhar dinheiro para os clubes, como por exemplo, a venda de produtos licenciados, explorando a imagem dos seus jogadores.

Lopes e Martins (2005) destacam que os gestores devem refletir de forma justa e verdadeira as transações econômicas ocorridas na organização em determinado período, é preciso que haja transparência na forma como os clubes conduzem seu patrimônio.

Diante dessas mudanças em todo o cenário futebolístico mundial e consequentemente brasileiro, em um curto espaço de tempo, a presente pesquisa visa analisar a seguinte questão:

Quais são as principais práticas de evidenciação das informações contábeis apresentadas pelos Clubes de Futebol membros do “Clube dos 13”?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1. Objetivo Geral

Em caráter geral, esta pesquisa tem por objetivo Identificar as principais práticas de evidenciação das informações contábeis apresentadas pelos clubes de futebol, no período de 2010 a 2012, verificando se as práticas adotadas pelos clubes estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.

1.2.2. Objetivos Específicos

- A Investigar a legislação que normatiza a prática contábil do “Clube dos 13”;
- B Analisar comparativamente as demonstrações contábeis elaboradas pelos clubes no período de 2010 a 2012;
- C Verificar a relação entre as receitas auferidas e o grau de evidenciação das demonstrações contábeis dos clubes.
- D Verificar a relação entre o nível de evidenciação e o desempenho esportivo dos clubes.
- E Verificar a relação entre o tamanho da torcida e a quantidade de receitas obtidas pelos clubes no período analisado.
- F Verificar a relação entre o tamanho da torcida e a quantidade de títulos conquistados pelos clubes.

1.3 JUSTIFICATIVA

Observa-se um crescimento no tocante aos estudos com relação ao futebol, destacando-se aqueles relacionados à divulgação do ativo intangível destes clubes, porém percebe-se uma ausência de trabalhos sobre as variáveis que influenciam as demonstrações contábeis no geral e o nível de evidenciação em uma população mais heterogênea.

Essa pesquisa visa mostrar de maneira mais abrangente a evidenciação das demonstrações contábeis destas entidades fazendo uma análise comparativa entre os clubes de futebol brasileiros pertencentes ao Clube dos 13, trazendo reflexões e fomentando as discussões e literaturas acadêmicas pertinentes a este assunto.

Dantas e Boente (2012) relatam que o desempenho esportivo de um clube em competições oficiais está diretamente relacionado com o seu desempenho financeiro, através de variáveis como: número de torcedores do clube, contratos de publicidade, premiações por conquistas de competições, cotas negociadas para transmissão de jogos e receitas com a venda de produtos associados à imagem dos atletas ou à do próprio clube. Com isso, justifica-se a realização de pesquisas que contemplem essa nova realidade

2 REFERENCIAL TÉORICO

Este capítulo está dividido em quatro seções, a primeira sobre a origem e a evolução do futebol, em seguida a forma de organização e gestão dos clubes brasileiros, no terceiro momento será abordado as normas brasileiras de contabilidade, a evidenciação contábil e as legislações a que estão sujeitas as entidades desportivas brasileiras, finalizando o capítulo será apresentado, estudos relacionados ao tema e as suas contribuições.

2.1 ORIGEM E EVOLUÇÃO DO FUTEBOL

Esta seção apresenta as práticas que antecederam o futebol, na China e na Idade média até o seu aprimoramento na Inglaterra, em seguida explana a chegada do futebol no Brasil e culmina demonstrando a sua transformação de lazer para negócio.

2.1.1 Origem do futebol no mundo

O futebol além de ser o esporte mais popular do mundo, destaca-se também por ser um importante elemento cultural e de identidade nacional. Por isso, a história do futebol é também um pedaço da história do mundo.(MAGALHÃES, 2010)

Diante desse exposto, Silva (2005) relata sobre a origem de diversos jogos com bola desde os tempos antigos e que com o passar dos anos evoluíram e deram origem ao futebol, dentre eles destacam-se a prática na china onde os militares praticavam com a cabeça dos seus inimigos e o *Harpastum*, atividade praticada na idade média também por militares que dividiam-se em duas equipes : atacantes e defensores e nessa disputa eram permitidos socos, pontapés, rasteiras e outros golpes violentos. Silva (2005) afirma que estas práticas não poderiam ser consideradas como futebol, por causa da extrema violência e a falta de regras

definidas como há hoje, porém demonstravam o interesse do homem por este tipo de esporte.

Lima (2013) afirma que foi na Inglaterra no século XIX que o futebol começou a se regulamentar, inicialmente nas escolas da elite inglesa e com a ajuda do estado foi expandida para toda a sociedade inglesa.

Magalhães (2010) ressalta que o futebol nasceu na época do crescimento da classe operária, em plena Revolução Industrial, e era um esporte que levava para locais públicos toda a revolta e as insatisfações do operariado explorado, devido a forma extremamente violenta de se praticar, e por isso era proibido pelo Estado inglês até a primeira década do século XIX, porém foi exatamente para controlar as classes mais baixas e a violência do jogo que se impôs regras ao futebol, o que se tornou uma importante – e muito interessante para as elites – válvula de escape dos explorados.

2.1.2 Origem do futebol no Brasil

Araújo e Buesa (2012) relatam que no final do século XIX, muitos ingleses moravam no Brasil, principalmente nos centros urbanos, que atuavam na exploração dos transportes ferroviários, energia elétrica e atividades bancárias, assim como outros segmentos da economia, era uma prática comum na época as famílias enviarem seus filhos para estudarem na Europa devido as melhores condições de ensino e entre essas crianças enviadas, estava Charles Miller, nascido no Brás em São Paulo, filho de um inglês que foi estudar na Inglaterra onde aprendeu o jogo tão em moda naquele país, destacando-se na sua equipe, retornou ao Brasil com 20 anos de idade, trazendo em sua bagagem tudo o que havia aprendido sobre o futebol e suas práticas, e diversos materiais para a prática esportiva, como uniformes, bolas e calçados, organizando assim os primeiros jogos que contaram com a participação dos ingleses e dos seus filhos.

Magalhães (2010) afirma que em dezembro de 1901, foi criada a Liga Paulista de Futebol, que realizou posteriormente, mais precisamente no ano seguinte o primeiro Campeonato Paulista.

Porém Costa (2009) revela que a profissionalização do futebol brasileiro

começou apenas em 1916, quando foi criada a CBD, com apoio de Bahia, Minas Gerais, Pará, Paraná e Rio Grande do Sul. No mesmo ano, a entidade se filiou à CONMEBOL e à FIFA. O esporte era ainda elitista, já que somente membros da alta sociedade, jogavam nos clubes. O futebol foi ficando cada vez mais popular nos anos 1920, quando alguns clubes aceitaram que jogadores de classe média ou baixa, inclusive negros, atuassem por seus times. Vem daí o termo “pó-de-arroz”, produto aplicado na pele dos jogadores negros, para disfarçar sua cor. (COSTA, 2009)

Witter (2003) diz que as fábricas paulistanas e cariocas tiveram participação fundamental na propagação do futebol, quando começaram a fazer campos de futebol dentro de suas instalações ou aos seus arredores, visando atrair e manter operários no seu quadro funcional.

Segundo Ferreira (2012) Durante o Governo do Presidente Getulio Vargas foram feitos diversos esforços para aumentar a prática e massificação do futebol no país, esforços que culminaram na realização do campeonato mundial de futebol em 1950 em solo nacional, disputa na qual o Brasil chegou a final contra a seleção uruguaia, porém a seleção brasileira foi derrotada, em pleno maracanã.

Conforme Sarmiento (2006) a CBF foi criada em 1979, após uma maior destinação de recursos financeiros o que proporcionou a fundação de uma entidade exclusiva para a gestão de assuntos relacionados ao futebol, fato que levou a dissolução da CBD.

Atualmente a CBF é a entidade que administra o futebol brasileiro e possui 27 (vinte e sete) federações estaduais vinculadas, sua sede é no Rio de Janeiro, é responsável pela organização dos principais campeonatos nacionais, como por exemplo, o Campeonato Brasileiro e a Copa do Brasil, ambos realizados anualmente.

2.1.3 A evolução do futebol como negócio

O futebol desperta a paixão dos brasileiros, por diversos motivos, dentre eles destaca-se a desmistificação da inferioridade em relação aos países do primeiro mundo, é melhor ser lembrado por momentos alegres, como a prática do futebol, do

que por revoluções e guerras que ceifaram gerações. (NEVES, 2011)

A medida que o futebol evoluiu, surgiu a necessidade de sua profissionalização e com isso a paixão em se praticar o esporte cada vez mais deu lugar a preocupações financeiras, nesta perspectiva a história do futebol, com essa mudança de paradigmas perdeu a beleza de ser praticado apenas pelo prazer (GALEANO, 1995)

A evolução do futebol brasileiro como negócio, ocorreu de forma correlata a mencionada por Ekelund (1998) apud Aidar e Leoncini (2002) ao retratarem a evolução comercial do futebol inglês, nos seguintes períodos:

A Era do estádio (até a década de 1950): Período em que todos os recursos dos clubes eram centrados na venda de ingressos (bilheteria) dos seus jogos.

A Era da TV Comercial Tradicional (nos anos de 1950,1960 e 1970 na Inglaterra e a partir de 1970 no Brasil): As emissoras de TV obtinham gratuitamente os direitos de transmissão pública dos jogos e não pagavam nada aos clubes.

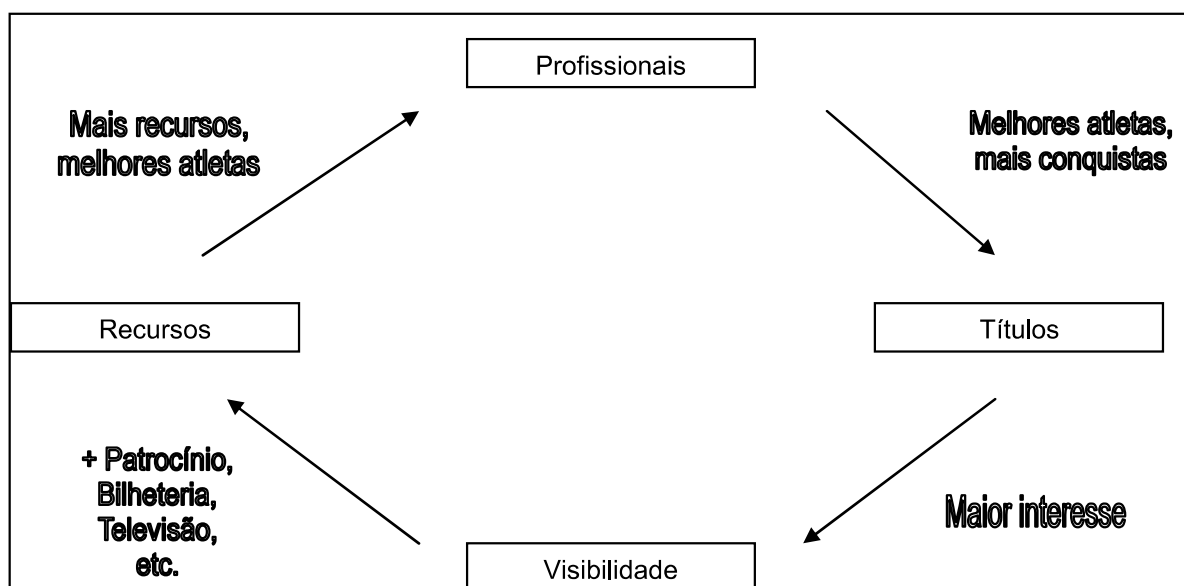
A Era dos patrocinadores (a partir de 1980): Com a evolução do futebol e consequentemente uma visibilidade maior, surgiu o interesse por parte dos patrocinadores, que visavam uma maior divulgação de suas marcas, o que se tornou uma fonte de recursos interessantes para os clubes.

A Era da nova mídia (a partir de 1990): A TV paga aos clubes em contrapartida a transmissão de seus jogos, surge as TV's por assinatura com o sistema *pay-per-view*, no qual o assinante paga uma taxa para a liberação do sinal de transmissão do jogo, tendo a possibilidade de assistir a todos os jogos do campeonato ou apenas os do seu clube preferido.

Silva (2004) relata que esta evolução é uma das responsáveis pelas mudanças ocorridas na atividade das entidades desportivas, disposta na figura a seguir:

Ciclo da atividade das entidades desportivas

Figura 01 - Ciclo da Atividade das Entidades Desportivas



Fonte: Adaptado de Dantas e Boente, 2012, p.106.

Silva (2004) define que tanto a cadeia hierárquica quanto a cadeia de clientes e negócios exercem influência econômica e administrativa no futebol como um negócio, uma vez que como exemplo se pode citar o fato de que as ligas e federações além de serem as responsáveis pela elaboração dos calendários dos jogos dos campeonatos, também são responsáveis pela distribuição dos recursos financeiros aos clubes devido a sua participação e as respectivas premiações dos torneios. Da mesma forma, os patrocinadores, por injetarem recursos nos clubes, muitas vezes interferem na sua gestão administrativa, como por exemplo, com a recomendação pela contratação ou venda de atletas e treinadores, é importante ressaltar que esse fato não deveria ocorrer, atualmente os patrocinadores vinculam sua marca ao nome das competições, como exemplo cita-se a Copa **Santander** Libertadores e a Copa **Perdigão** do Brasil, outra interferência percebida é em relação as emissoras de TV, na medida em que estas exercem grande influência no horário de realização dos jogos, de acordo com a conveniência de sua grade de programação.

2.2 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DOS CLUBES BRASILEIROS

Neste segundo momento foi apresentado as formas de organização dos clubes brasileiros, através da criação e evolução do clube dos 13 e os tipos de gestão adotados pelos mesmos, no fechamento da seção observa-se o impacto na performance esportiva e financeira dos clubes causado pela rescisão de contrato com os seus patrocinadores.

2.2.1 Clube dos 13

Para Cunha (2010) os clubes por todo o mundo sempre tentaram se organizar para defender seus interesses e a forma encontrada pelos mesmos foi a formação de ligas e associações. No Brasil, em 11 de julho de 1987, foi criado pelos maiores clubes brasileiros, o clube dos 13, com o objetivo de representar esses clubes, frente à assinatura de contratos, principalmente com a televisão, além de propor uma modernização do futebol brasileiro, o nome clube dos 13 foi escolhido porque eram treze os clubes fundadores, eram eles: **Atlético Mineiro, Bahia, Botafogo, Corinthians, Cruzeiro, Flamengo, Fluminense, Grêmio, Internacional, Palmeiras, Santos, São Paulo e Vasco da Gama**, posteriormente, a entidade recebeu a entrada de mais sete membros, são eles: **Atlético Paranaense, Coritiba, Goiás, Guarani, Portuguesa, Sport e Vitória**, porém permaneceu utilizando o seu nome de fundação.

Dentre os objetivos do clube dos 13, relatados em Cunha (2010) destacam-se:

- - Reconhecer a importância do futebol como uma atividade econômica, passando assim a valorizar o “ produto ” futebol.
- - Proporcionar experiências com entidades desportivas internacionais, através de intercâmbio,

- - Promover a paixão pelo futebol, buscando com isso um aumento de recursos para os clubes, os tornando mais competitivos e melhorando o espetáculo proporcionado por eles.

Em 2011, conforme relata Borges (2011) os clubes pertencentes ao clube dos 13, liderados pelo Corinthians, o primeiro a pedir desfiliação da entidade, descontentes com a forma de gestão da organização, decidiram negociar os direitos de transmissão dos seus jogos separadamente, o que levou ao fim da entidade.

2.2.2 Forma de Gestão dos Clubes Brasileiros

Aidar e Leoncini (2002) elencam os modelos de gestão adotados nos clubes brasileiros em :

Co-Gestão: Neste modelo o clube se responsabiliza por todos os departamentos de sua estrutura e o seu apoiador injeta os recursos necessários para que esses setores se desenvolvam, otimizando os seus resultados, como exemplo cita-se a parceria Palmeiras-Parmalat.

Licenciamento da marca/terceirização do departamento de futebol: Neste modelo o clube cede parcialmente ou em sua totalidade o direito de uso da sua marca para o investidor, que em contrapartida assume as obrigações financeiras dos departamentos dos clubes, Pimentel (2011) cita como exemplo a parceria em 2004, entre o Corinthians e a MSI, fundo de investimento privado e o acordo firmado entre Vasco da Gama e *Bank of América*, onde o banco controlava os contratos de TV, bilheteria, entre outras fontes de receita, enquanto o clube gerenciava o departamento de futebol.

Compra: Neste modelo destaca-se a participação acionária, o Clube e o investidor formam uma nova empresa, lançando ações no mercado, cita-se como exemplo o Esporte Clube Bahia que no ano de 1997, foi transformado no Bahia S.A., tendo como investidor o Banco *Opportunity*, que adquiriu 51% do controle acionário, ficando a agremiação com o restante em 2007, o banco já possuía 67% das ações e o clube os outros 33% (ROCCO JÚNIOR 2007).

Aidar e Leoncini (2002) defendem a idéia de que o modelo mais adotado pelos clubes Brasileiros é o da terceirização do departamento de futebol, devido a maiores dos clubes estarem endividados.

2.2.3 A Rescisão de contratos com patrocinadores e o impacto na performance dos clubes Brasileiros

Silva (2004) afirma que embora não haja estudos científicos que relacionem de forma mais aprofundada, os efeitos da rescisão dos contratos firmados entre as empresas patrocinadoras e os clubes de futebol, é possível perceber os impactos causados nos clubes por essa decisão, não apenas do ponto de vista financeiro, mais também do ponto de vista competitivo, uma vez que a partir da rescisão do contrato, os jogadores pertencentes a patrocinadora deixam de jogar pelos clubes patrocinados, como exemplo, cita-se a Sociedade Esportiva Palmeiras no ano de 2002, quando a mesma encerrou o contrato com a empresa Parmalat, houve uma evasão dos melhores atletas, gerando assim uma considerável queda no desempenho da equipe, o que culminou com o seu descenso no ano de 2002 à Segunda Divisão do Campeonato Brasileiro de Futebol.

No ano seguinte, observou-se uma situação bastante semelhante no Sport Clube Corinthians Paulista, que com o fim da parceria com a *Hicks Muse*, e a consequente saída de diversos atletas de maior habilidade, o clube se viu obrigado a utilizar jogadores das suas categorias de base, sem muita experiência, provocando assim no ano de 2003 um dos piores desempenhos do clube no Campeonato Brasileiro de Futebol – o 15º lugar ao fim do certame, alguns anos depois, mais precisamente no ano de 2007 o Corinthians foi rebaixado para a segunda divisão do campeonato Brasileiro.

2.3 NORMAS E LEGISLAÇÕES

Esta seção irá discorrer sobre as normas brasileiras de contabilidade e a evidenciação contábil, posteriormente as legislações que regem e normatizam as

entidades desportivas foram especificadas.

2.3.1 Normas Brasileiras de Contabilidade

O portal de contabilidade acerca da resolução 1328/11 do CFC, dispõe que as NBC formam procedimentos e regras de conduta que devem ser seguidas pelo profissional contábil, assim como todas as orientações fornecidas pelo CFC através de suas resoluções, as NBC dividem-se em dois modelos: Profissionais e Técnicas, podendo serem detalhadas através de interpretações técnicas, como por exemplo a ITG 2003, que trata sobre as entidades desportivas profissionais e revogou a resolução 1.005/04.

De acordo com Niyama e Silva (2008), o crescimento das transações comerciais entre as nações e o avanço tecnológico na área da informação, estão entre os fatores que exigem uma linguagem em comum entre os países estabelecendo padrões contábeis uniformes, proporcionando uma comparabilidade aos seus usuários, diante desse cenário surge a harmonização contábil, que é a maneira pela qual os países buscam uma uniformização das normas contábeis, preservando no entanto as particularidades de cada região. (SILVA; MADEIRA; ASSIS, 2004). Para Ponte et al. (2012) o grande momento dessa mudança no Brasil, foi alcançado com a Lei n. 11.638/07, que em seu artigo 177 diz que as normas expedidas pela CVM devem ser elaboradas em consonância com os padrões internacionais de contabilidade adotados nos principais mercados de valores mobiliários.

2.3.2 Evidenciação Contábil

Silva, Teixeira e Niyama (2009) destacam que as discussões a respeito dos objetivos da Contabilidade sempre tiveram o interesse de estabelecer como função principal da contabilidade, o fornecimento de informações financeiras que sirvam de auxílio para o seu usuário na tomada de decisões, conforme Iudícibus (2004) a

Contabilidade, como ciência social, analisa o patrimônio das organizações, suas alterações, bem como estuda a atividade de produzir e divulgar informações sobre essas mudanças; uma das finalidades da atividade do contador é proporcionar aos usuários internos e externos da entidade, informações capazes de subsidiar as decisões tomadas pelos mesmos.

Salmonson (1977) apud Lopes et al. (2009, p. 58) vê a contabilidade como um “processo sistemático de mensuração e evidenciação a vários usuários, de informações financeiras relevantes para os tomadores de decisões a respeito das atividades econômica de uma organização ou entidade.”

De acordo com Medeiros e Quinteiro (2005), a evidenciação está diretamente relacionada com às características qualitativas da informação contábil, como compreensibilidade, relevância, materialidade, credibilidade e comparabilidade, para Yamamoto e Salotti (2006) uma informação é relevante na medida em que sua divulgação tem como consequência o reforço ou a alteração da opinião de seus usuários a respeito de um determinado aspecto da atividade da entidade; é confiável se puder ser confirmada por outros profissionais qualificados; e é uniforme se eventos iguais forem registrados da mesma forma, o que gera consistência e comparabilidade para a informação.

Em relação aos usuários Iudícibus et al. (2010) afirma que estes podem ser tanto internos como externos a organização e possuem interesses diversificados, motivo pelo qual as informações geradas devem ser amplas e fidedignas e devem no mínimo serem suficientes para a avaliação da sua situação patrimonial e assim permitir inferências sobre o seu futuro.

De acordo com Yamamoto e Salotti (2006), a evidenciação adequada das informações contábeis é proporcionada por demonstrações contábeis tradicionais, notas explicativas e outras formas alternativas, como demonstrações complementares e relatórios de administração. Iudícibus (2004) acrescenta como formas de evidenciação a informação entre parênteses, os quadros e demonstrativos suplementares e os comentários do auditor.

Segundo Dias Filho (2000) o IASC, por meio das normas internacionais de contabilidade estabelece que toda informação relevante deve ser divulgada, o profissional responsável pelo *disclosure* não deve se preocupar apenas em atender as autoridades reguladoras.

De acordo com Lima e Viegas (2002) A divulgação das DC tem por objetivo

fornecer aos usuários uma quantidade suficiente de informações de natureza patrimonial, econômica, financeira, legal, física e social e dar suporte para a tomada de decisão, possibilitando o conhecimento e a análise da situação da entidade.

Para Aquino e Ferreira (2007) a informação contábil evidenciada deve ser eficiente e eficaz, ser eficiente, a medida que é divulgada de forma compreensível e eficaz, no momento em que é colocada a disposição de forma indispensável para o processo decisório.

No Quadro 01 são sugeridos alguns atributos para a informação ter a sua utilidade maximizada perante todos os seus usuários, dando embasamento para uma melhor tomada de decisão.

Quadro 01 - Atributos da Informação

Atributo	Descrição
Orientação	Direção aos fins a que se presta, uma vez que facilita o entendimento do usuário
Veracidade	A informação deve emergir da verdade
Evidenciação	Comunicação eficaz, atingindo o objetivo da compreensão do usuário
Consistência	Substância, conteúdo como objeto de convencimento, engajamento entre a matéria abordada e a realidade
Precisão	A informação não deve conter erros; é necessário um rigoroso cuidado na imputação dos dados, pois os mesmos, ao estarem errados, vão gerar informações imprecisas
Completa	Deve conter tudo o que for relevante
Econômica	Deve-se observar o volume de informação porque, às vezes, a empresa produz informações desnecessárias e o custo para obter informações é diretamente proporcional ao seu volume
Confiável	Origem segura
Relevante	Deve ser do interesse do tomador de decisão
Simples	A informação deve apresentar-se numa linguagem clara para tornar-se compreensível para quem precisa dela
Tempestividade	A informação deve ser tempestiva. De nada adianta para um tomador de decisão uma informação atrasada, ou seja, fora de seu <i>timing</i>

Fonte: Vasconcelos e Viana (2002, p. 23).

2.3.3 Legislação Aplicada às Entidades Desportivas

Segundo Espíndula (2012) No ano de 1939, em plena Segunda Guerra

Mundial, o Brasil implementou o DL n. 1.056, onde instituiu a Comissão Nacional do Desporto que sugeriu nova regulamentação dando origem ao DL n. 3.199/41, que estabeleceu as bases de organização dos desportos em todo o país, instituído no ministério de educação e saúde, o conselho nacional de desportos teve como objetivo fiscalizar, orientar e incentivar a prática de desportos por todo o país, apresentava normas totalitárias, em seu artigo 54, por exemplo, dizia que às mulheres não se permitiria a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, era proibido a organização e funcionamento de entidade desportiva, que resultassem em lucro para os que nela empregassem capital sob qualquer forma (Brasil, 1941), pois a entidade desportiva exerce uma função de caráter patriótico.

A respeito do decreto lei n° 3.199, Aidar (2000) ressalta que era uma legislação fascista, era na verdade uma cópia da legislação italiana, nascido durante a ditadura de Getúlio Vargas, o decreto dava total autoridade ao Estado para regulamentar a atividade administrativa e desportiva, incluindo o aspecto jurídico esportivo e o seu sistema de organização, em 1943, entrou em vigor o DL n. 5.342, que atribuiu competência ao Conselho Nacional de Desportos, em instância administrativa, para processar e julgar atletas profissionais, árbitros e entidades desportivas (ESPINDULA, 2012).

Leite e Pinheiro (2012) ressaltam que a primeira lei que aprofundou na realidade dos clubes de futebol foi a lei n° 6.354/76 que ficou conhecida como lei do passe, lei que garantia aos clubes formadores de jogadores, a possibilidade de usufruírem dos direitos sobre o futebol destes atletas.

Amador (2004) diz que a partir da década de 1990, com a profissionalização das entidades desportivas foi inserido nos clubes o conceito de lucratividade, o que ocasionou mudanças significativas no comportamento econômico dos mesmos.

No ano de 1993, foi publicada a lei n° 8.672, que ficou conhecido como “ lei zico ”, essa lei surgiu durante um quadro de mudanças no que se refere à presença e influência do Estado nas entidades e práticas esportivas, com a abertura da economia brasileira, o ex-presidente Fernando Collor abriu caminho para a globalização, o esporte assumiu uma nova postura, tendo como consequência uma maior participação da iniciativa privada, idealizando conceitos como o futebol-empresa e marketing esportivo.(ALMEIDA, 2007)

Antes de sua aprovação o projeto sofreu muitas modificações, causadas pela

pressão de clubes e dirigentes, segundo Silva, Teixeira e Niyama (2009, p.02) a alteração de maior repercussão para o setor foi a possibilidade de transformação das entidades desportivas em sociedades comerciais.

Em 1998, foi elaborada a Lei n.º 9.615, conhecida como “Lei Pelé”, que revogou a “lei zico”, segundo Andrade (2009) a referida lei influenciou diretamente na geração de caixa dos clubes, acabando com o passe dos jogadores, ou seja, garantia ao atleta a possibilidade de atuar em outros clubes, trazendo prejuízo ao seu clube de origem e obrigou os clubes a se transformarem em empresas comerciais, as alterações contratuais causadas pela lei na relação clube – atleta afetam de maneira relevante a contabilidade dos clubes, uma vez que o artigo 28 da referida lei, diz que o vínculo desportivo do atleta com a entidade contratante tem natureza acessória ao vínculo empregatício, dissolvendo-se para todos os efeitos legais, com o fim do contrato de trabalho. (SILVA, 2004), Silveira (2001) afirma que a lei pelé é repleta de inconstitucionalidade e desrespeita o desporto nacional.

Leite e Pinheiro (2012) relatam que em 2003, outras duas leis importantes para o futebol foram criadas. A Lei nº 10.671/03, que ficou conhecida como Estatuto do Torcedor, que reconheceu os torcedores como consumidores/clientes do futebol e a Lei de Moralização do Futebol (Lei nº 10.672/03), onde as ligas desportivas, as entidades de administração de desporto e as de prática desportiva envolvidas em qualquer competição de atletas profissionais, independentemente da forma jurídica adotada, são obrigadas a elaborar e publicarem até o último dia útil do mês de abril, as demonstrações contábeis de cada período, auditadas por auditores independentes. Segundo esta lei, as demonstrações contábeis devem ser elaboradas de acordo com a Lei nº 6.404/76, a citada lei foi alterada pela lei nº 11.638/07, que determinou que todas as empresas brasileiras de capital aberto deverão apresentar seus demonstrativos financeiros elaborados segundo a norma internacional de contabilidade, a IFRS.

Os clubes passaram então a divulgar as suas demonstrações auditadas, no entanto conforme afirma Silva, Teixeira e Niyama (2009, p. 03). “devido à ausência de uma norma específica para o setor, não havia a comparabilidade das informações divulgadas, visto que essas informações não eram padronizadas.” Diante desse cenário, o CFC por meio da Resolução nº 1.005/04, aprovou a NBC T 10.13 que trata Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Desportivas Profissionais, essa NBC T conforme Andrade (2009) “entrou em vigor em 2005 e

estabeleceu critérios e procedimentos específicos de avaliação, registro e estruturação das demonstrações contábeis das entidades de futebol profissional e demais práticas desportivas profissionais”,

Visando auxiliar os clubes, com essa adaptação, em 2006 o ministério do esporte em parceria com o CFC, o IBRACON e o clube dos 13, publicou uma cartilha denominada “Padronização das práticas contábeis – Clubes de futebol profissional ” , que constou em seus anexos, modelos de como os demonstrativos contábeis dos clubes deveriam ser, para se tornarem comparativos e sujeitos à análise econômico-financeira, respeitando as particularidades de cada clube, a parceria entre os órgãos citados incentivava a utilização destes modelos como padrão para publicação.

No dia 25 de janeiro de 2013, foi aprovada através da resolução 1.429/13 do CFC, a ITG 2003 que revoga a resolução 1.005/04, esta nova resolução, teve sua publicação no diário oficial da união no dia trinta de janeiro de 2013, entrando em vigor na data de sua publicação, aplicando-se aos exercícios iniciados a partir de primeiro de janeiro de 2013, não serão abordados maiores detalhes desta ITG, visto que na execução da pesquisa em questão foram utilizadas as DC dos anos de 2010 a 2012, período o qual os clubes de futebol eram obrigados a publicarem de acordo com a resolução do CFC 1005/04, que aprovara a NBC T 10.13.

2.4 ESTUDOS RELACIONADOS

Leoncini (2001) apresentou um estudo sobre a transformação do modelo de gestão estratégica nos clubes de futebol e fez um estudo de caso no Clube de Regatas Flamengo e na Associação Desportiva São Caetano, ambas em processo de profissionalização, concluindo que cada vez mais os clubes necessitam de pessoas capacitadas para gerirem os seus recursos e alcançarem melhores resultados tanto na parte esportiva como na financeira.

Silva (2004) dissertou sobre o reconhecimento e evidenciação nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol do valor decorrente do direito de utilização dos atletas por conta das alterações promovidas pela lei 9.615(lei pelé), foi realizado um estudo de caso nas demonstrações contábeis do Sport Clube Corinthians Paulista do período de 1998 a 2003, apresentou como resultado uma análise crítica da qualidade informativa das demonstrações estudadas e propôs um modelo para sanar com esse problema.

Bastos, Pereira e Tostes (2005) analisaram comparativamente a evidenciação do intangível pelos clubes brasileiros e europeus, a amostra escolhida foi: Fluminense (Brasil/RJ), Flamengo (Brasil/RJ), Vasco da Gama (Brasil/RJ), Santos (Brasil/SP), Benfica (Portugal), Porto (Portugal), Manchester United (Inglaterra) e Barcelona (Espanha), nenhum dos clubes do Brasil evidenciou o valor aplicado na contratação de seus atletas e os gastos com a formação de atletas (alimentação, alojamento, uniformes, entre outros) em seu ativo imobilizado, tal como é feito pelos clubes europeus, vale ressaltar que na época do estudo a resolução 1.005 não estava em vigor para os clubes brasileiros.

Em 2010, com a citada resolução em vigor Raschka, Wallner, e Costa verificaram a aderência dos clubes paulistas de futebol a ela nas demonstrações contábeis de 2005 a 2008, concluíram que os clubes apresentaram um nível satisfatório de evidenciação, exceto o Corinthians, por não ter apresentado as notas explicativas nos anos de 2007 e 2008.

Holanda et al. (2012) avaliaram a associação entre o nível de observância das práticas de *disclosure* de custos com formação de atletas e os incentivos econômicos dos clubes de futebol por meio da análise de 69 demonstrações contábeis de clubes de futebol brasileiros no período de 2006 a 2009, as variáveis

escolhidas referentes aos incentivos econômicos foram:

tamanho, lucro, retorno, endividamento, e oportunidades de crescimento, os resultados forneceram subsídios para aceitar apenas a hipótese de que um maior nível de *disclosure* das informações dos custos com formação de atletas está associado a um maior tamanho (ativo total).

Cardoso, Maia e Ponte (2012) elaboraram um *check-list* com 29 itens baseado no IAS-38 para mensurar o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos 10 maiores clubes de futebol do mundo e dos 10 maiores clubes de futebol do Brasil, efetuaram um teste de diferença de médias para verificar se havia diferença no nível de divulgação entre os dois grupos mencionados, os resultados demonstraram que o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis é superior nos 10 maiores clubes de futebol do mundo.

Leite e Pinheiro (2012) verificaram quais variáveis influenciam o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes de futebol brasileiros após o CPC-04 (Ativo Intangível) ter entrado em vigor, a população de estudo foi composta pelos 20 maiores clubes do Brasil com base nas receitas totais do ano de 2011, foram analisadas variáveis por meio de um modelo de regressão linear múltipla com dados empilhados por meio dos estimadores de MQO, nas demonstrações de 2010 e 2011 dos referidos clubes, os resultados demonstraram que as variáveis “desempenho no campeonato brasileiro” e “receitas totais” influenciam positivamente o nível de divulgação do intangível nas demonstrações contábeis dos clubes analisados.

Silva, Teixeira e Niyama (2009) analisaram o nível de evidenciação das demonstrações contábeis de 19 clubes que disputaram o campeonato brasileiro no ano de 2007, sendo 13 clubes da série A e 6 clubes da série B. Para verificar o nível de evidenciação das demonstrações contábeis destes clubes, os autores elaboraram um *check-list* com 48 itens baseado na Lei Pelé, na Resolução CFC 1.005/04 e na Lei nº 6.404 (alterada pela Lei nº 11.638). Por meio de uma análise de regressão, os autores verificaram que quanto maior o total de receitas obtidas pelos clubes de futebol e quanto melhor o seu desempenho esportivo, maior será o nível de evidenciação das demonstrações contábeis.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para Prodanov e Freitas (2013) o pesquisador busca através de métodos e técnicas obter respostas para as suas indagações, as particularidades da Contabilidade permitem enfocar as tipologias que irão delinear as pesquisas na área em três categorias: quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema.(BEUREN, 2012)

A tipologia desta pesquisa quanto aos seus objetivos se caracteriza pelo caráter exploratório. Conforme Gil (2006) pesquisas exploratórias tem-se como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, busca-se proporcionar uma visão geral, de forma mais detalhada sobre um determinado fato.

Quanto aos procedimentos utilizados, esta pesquisa se caracteriza como uma Pesquisa Documental, Prodanov e Freitas (2013, p. 56) afirmam que “A utilização da pesquisa documental é destacada no momento em que podemos organizar informações que se encontram dispersas, conferindo-lhe uma nova importância como fonte de consulta”.

Também se classifica como uma pesquisa bibliográfica, uma vez que utilizou-se de literatura existentes em alguns aspectos, principalmente nos que se referem a contabilidade e a história e evolução do futebol, segundo Boente e Dantas (2012) “uma pesquisa bibliográfica, se baseia na bibliografia pública sobre determinados assuntos em publicações escritas, faladas ou filmadas.”

Para Richardson (1999) a abordagem qualitativa, justifica-se, por ser uma forma para atender a natureza de um fenômeno social, fato ocorrido nessa pesquisa que visa observar o grau de qualidade das informações evidenciadas pelos clubes através de suas demonstrações contábeis.

Segundo o *site* da FIFA o Brasil possui 29.208 clubes de futebol. Gil (2006) afirma que a amostragem da pesquisa pode ser classificada em dois tipos : probabilística e não probabilística. Para a realização da presente pesquisa foram analisadas as DC dos 20 clubes membros do extinto clube dos 13, grupo que abrange os times de maior expressão no cenário nacional. O período analisado foi o de 2010 a 2012, conforme o supracitado autor é uma amostra não probabilística por tipicidade ou intencional, visto que consiste em uma parte do universo, que com base nas informações disponíveis, possa ser considerada representativa de toda a

população.

Inicialmente para a obtenção das demonstrações contábeis dos clubes foram consultadas às páginas oficiais de cada clube na internet e o site da FPF, o Sport Clube Recife, foi o único clube que não disponibilizou as demonstrações dos anos de 2010 e 2011, foi feita solicitação dos demonstrativos diretamente ao departamento administrativo do clube, via telefone, o clube solicitou por escrito e não respondeu a solicitação, por essa razão foi excluído da amostra, a coleta de dados ocorreu entre os meses de maio a setembro de 2013.

Chegou-se, a uma amostra final composta por 19 clubes, conforme quadro 02 abaixo:

Quadro 02 - Relação dos Clubes Estudados

Clube	Estado
Atlético Mineiro	Minas Gerais
Atlético Paranaense	Paraná
Bahia	Bahia
Botafogo	Rio de Janeiro
Corinthians	São Paulo
Coritiba	Paraná
Cruzeiro	Minas Gerais
Flamengo	Rio de Janeiro
Fluminense	Rio de Janeiro
Goiás	Goiás
Grêmio	Rio Grande do Sul
Guarani	São Paulo
Internacional	Rio Grande do Sul
Palmeiras	São Paulo
Portuguesa	São Paulo
Santos	São Paulo
São Paulo	São Paulo
Vasco	Rio de Janeiro
Vitória	Bahia

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para a pesquisa, foram testadas as duas hipóteses de Silva, Teixeira e Niyama (2009) e formulada outras duas hipóteses:

- Hipótese 1: O nível de evidenciação contábil do clube de futebol está associado ao montante de receitas auferidas pelo clube.
- Hipótese 2: Existe relação entre o nível de evidenciação das informações

contábeis e o desempenho do clube em competições profissionais .

- Hipótese 3: Existe relação entre o tamanho da torcida e o montante de receitas auferidas pelo clube
- Hipótese 4: Existe relação entre o tamanho da torcida e a quantidade de títulos conquistados no período estudado

O roteiro utilizado na pesquisa contou com 33 itens de evidenciação preconizados na lei n.º 9.615/98, na Resolução CFC n.º 1.005/04, na Lei n.º 6.404/76 (alterada pela Lei 11.638/2007) e demais itens de evidenciação contábil não-obrigatórios adaptados de Silva, Teixeira e Niyama (2009). Para a apuração do índice de evidenciação, foram atribuídos pontos para cada item divulgado.

Pela definição adotada no trabalho, os valores do indicador do nível de evidenciação podem variar entre o mínimo de 0 e o máximo de 150 pontos, sendo que quanto maior o número de pontos maior a evidenciação contábil do clube.

Além do indicador de evidenciação contábil, as hipóteses formuladas consideraram outras quatro variáveis: o montante de receitas auferidas pelo clube nos exercícios financeiros analisados, o desempenho do clube no campeonato brasileiro, a quantidade de títulos conquistados e o tamanho da sua torcida.

A variável “Receitas” foi obtida através do Demonstrativo de Resultados evidenciado pelas entidades, foram considerados os montantes registrados sob as rubricas “Receitas Operacionais”, “Outras Receitas Operacionais”, “Receitas Financeiras” e “Receitas Não-Operacionais”. Para a mensuração da variável “Títulos”, foi considerado os títulos conquistados do campeonato Brasileiro Série A e B, Copa do Brasil, Copa Libertadores da América e Copa Sul-Americana no período de 2010 a 2012 e para a variável “Tamanho da Torcida” foi considerada a “ 1ª Pesquisa PLURI sobre o Potencial de Consumo das Torcidas Brasileiras “ realizada pela Pluri Consultoria em 2012.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em relação as DC, as preconizadas no artigo 176 da lei n.º 6.404/76 e suas alterações na lei 11.638/07, são as elaboradas com maior freqüência pelos clubes participantes da amostra, Conforme disposto na tabela a seguir.

Tabela 01 - Clubes Brasileiros X Disclosure das Demonstrações Contábeis

ITENS AVALIADOS	2010		2011		2012		TOTAL	
	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
01 – O clube publicou balanço patrimonial?	19	100	19	100	19	100	57	100
02 – O clube publicou a demonstração do superávit/déficit do exercício?	19	100	19	100	19	100	57	100
03 – O clube publicou demonstração dos fluxos de caixa?	18	94,7	18	94,7	19	100	55	96,5
04 – O clube publicou demonstração das mutações do patrimônio líquido?	18	94,7	18	94,7	19	100	55	96,5
05 – O clube publicou parecer dos auditores independentes?	18	94,7	18	94,7	19	100	55	96,5
06 – O clube publicou demonstração do valor adicionado?	4	21,1	4	21,1	5	26,3	13	22,8
07 – O clube publicou balanço social?	2	10,5	1	5,3	1	5,3	4	7,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação as DC mencionadas no art. 176 da Lei n.º 6.404 e suas alterações, o Esporte Clube Bahia foi o único clube que não divulgou todas as DC, publicando nos anos de 2010 e 2011 apenas o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício. Verifica-se, também, a observância dos clubes à exigência da Lei n.º 10.672/03, que em seu artigo 27, determina que os Clubes devem publicar suas demonstrações auditadas por auditores independentes, apenas o Bahia não publicou o parecer de auditoria nos anos mencionados.

Embora a demonstração do Valor Adicionado seja exigida apenas para companhias abertas, conforme disposto pela lei 11.638/07, percebe-se um crescimento no seu *disclosure* pelos clubes brasileiros, em 2012, apresentaram Atlético Paranaense, Corinthians, Santos, São Paulo e Vitória, totalizando 26,3% da amostra estudada.

Iudicibus e Marion (2009) afirmam que a Demonstração do Valor Adicionado é parte integrante do Balanço Social, nesse sentido destaca-se o Clube Atlético Paranaense, único a publicar essa demonstração durante todo o período analisado,

o Club de Regatas Vasco da Gama publicou o Balanço Social em 2010, não continuando com essa prática nos anos posteriores.

Dentre os itens analisados, a tabela 02 mostra a observância em relação a lei 9.615/98, conhecida como lei Pelé e suas alterações redigidas na lei 10.672/03 e na lei 12.395/11.

Tabela 02 - Clubes Brasileiros X Disclosure lei 9.615/98 e Alterações								
ITENS AVALIADOS	2010		2011		2012		TOTAL	
	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
01 - As Demonstrações publicadas foram auditadas por auditor independente?	18	94,7	18	94,7	19	100	55	96,5
02 - O clube publicou as demonstrações até o dia 30 de abril?	19	100	19	100	19	100	57	100
03 – Foi divulgada a existência de seguros?	6	31,6	8	42,1	9	47,4	23	40,4
04 – Foram divulgados quais ativos estão cobertos por seguros?	1	5,3	3	15,8	3	15,8	7	12,3
05 – O clube apresenta Nota Explicativa dos seguros contratados para os atletas profissionais e demais ativos da entidade?	6	31,6	8	42,1	9	47,4	23	40,4

Fonte: Elaborado pelo autor

A observância dos clubes em relação as alterações trazidas pela lei 10.672/03 é de alto nível, 100 % dos clubes publicaram suas demonstrações até o último dia de abril, conforme rege a lei em seu artigo 46 A e apenas o esporte Clube Bahia não publicou as demonstrações auditadas em 2010 e 2011, no ano de 2012 a observância dos clubes em relação as alterações impostas pela 10.672/03 atingiu 100 %.

O artigo 45 da Lei Pelé, alterado pela lei 12.395/2011 determina que as entidades desportivas são obrigadas a contratar seguro de vida e de acidentes pessoais, vinculado a atividade desportiva para os seus atletas, verifica-se na tabela um crescimento no *disclosure* da existência de seguro nos clubes, porém ainda é um número baixo, atingindo 47,7% em 2012, ou seja, da amostra estudada menos da metade divulga a existência de seguros, essa existência é divulgada através de nota explicativa, quando verifica-se quais clubes divulgam os ativos cobertos por seguros, esse número reduz significativamente, sendo apenas 01 em 2010 e 03 nos anos de 2011 e 2012, destaca-se mais uma vez o Atlético Paranaense que é o único a divulgar durante os três anos, o Coritiba e o Guarani fazem seguros apenas para os seus atletas, não cobrindo outros ativos.

A tabela 03 mostra a observância dos clubes em relação aos itens avaliados exigidos pela NBC T 10 13, aprovada pela resolução 1.005/04.

Tabela 03 - Clubes Brasileiros X Disclosure NBC T 10 13

ITENS AVALIADOS	2010		2011		2012		TOTAL	
	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
01 – A demonstração do superávit do exercício apresenta, de forma segregada, as receitas, os custos e as despesas diretamente vinculadas com a atividade desportiva das demais?	18	94,7	18	94,7	18	94,7	54	94,7
02 – As receitas de bilheteria, direito de transmissão de imagem, patrocínio, publicidade e outras receitas assemelhadas são registradas em contas específicas do resultado operacional?	18	94,7	18	94,7	18	94,7	54	94,7
03 – O recebimento antecipado das receitas de bilheteria, direito de transmissão de imagem, patrocínio, publicidade e outras receitas assemelhadas são registradas em contas específicas do resultado operacional?	14	73,7	15	78,9	15	78,9	44	77,2
04 – O clube apresenta nota explicativa das contingências ativas e passivas de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível e assemelhadas?	18	94,7	18	94,7	19	100	55	96,5
05 – Os gastos com formação de atletas são registrados no ativo imobilizado, em conta específica de formação de atletas?	4	21,1	3	15,8	2	10,5	9	15,8
06 – Os gastos com a contratação ou a renovação de contrato de atletas profissionais são registrados no ativo imobilizado, em conta específica, pelo valor, efetivamente, pago ou incorrido?	3	15,8	3	15,8	1	5,3	7	12,3
07 – O clube apresenta nota explicativa dos gastos com a formação de atletas, registrados no ativo imobilizado e montante baixado para o resultado no exercício?	3	15,8	3	15,8	2	10,5	8	14,0
08 – O clube apresenta nota explicativa da composição dos direitos sobre os atletas profissionais, registrados no ativo imobilizado com a segregação do valor correspondente a custo e amortização e prazo médio remanescente a amortizar?	3	15,8	3	15,8	1	5,3	7	12,3
09 – O clube apresenta nota explicativa das receitas obtidas e seu correspondente custo de aquisição com a negociação e a liberação de atletas profissionais, segregados os valores das negociações com o mercado externo?	1	5,3	1	5,3	1	5,3	3	5,3
10 – O clube apresenta nota explicativa dos valores em moeda estrangeira de direitos e obrigações com o mercado externo?	2	10,5	2	10,5	3	15,8	7	12,3

Fonte: Elaborado pelo autor.

De acordo com a análise dos dados da tabela 03, percebe-se que os clubes brasileiros possuem um alto grau de aderência a maior parte dos itens exigidos pela NBC T 10.13, mas deixa a desejar quando o assunto é a evidenciação dos atletas, uma vez que apenas 15,8% de todas as DC analisadas apresentam o gasto com formação de atletas no ativo imobilizado em conta específica e 14% apresentam nota explicativa com esse registro baixando o montante para o resultado do exercício.

Em relação a renovação e contratação dos jogadores, 12,3% de toda a amostra segue a norma, esse é o mesmo percentual que apresenta nota explicativa da composição dos direitos sobre os atletas profissionais, registrados no ativo imobilizado com a segregação do valor correspondente a custo e amortização e prazo médio remanescente a amortizar, o que é considerado um número muito baixo.

Quando o assunto é a negociação e liberação dos atletas, a situação fica muito pior, a norma manda apresentar nota explicativa das receitas obtidas com essa prática e demonstrar o seu custo, segregando os valores com o mercado externo, o Cruzeiro Esporte Clube foi o único a obedecer esse item da norma adequadamente.

O Brasil é um dos maiores exportadores de jogadores de futebol do mundo, o processo de globalização tem facilitado essas transferências internacionais, abrindo novos mercados para os jogadores (RODRIGUES, 2010), um outro fator importante para esse crescimento segundo o autor supracitado foi a lei 9.615/98, que acabou com o passe, não sendo mais necessário ao clube comprador adquirir o passe do atleta, apenas pagar a rescisão contratual ao clube atual, caso o atleta esteja empregado, ou em caso de estar desempregado, acertar diretamente com o jogador o seu salário, diante desse exposto, considera-se o percentual de 12,3%, parte da amostra estudada que apresenta nota explicativa dos valores de direitos e obrigações com o mercado externo em moeda estrangeira, abaixo do esperado.

Os demonstrativos devem ser elaborados em bases seguras, visando reduzir as incertezas e conduzir o seu usuário a melhor decisão, para isso é imprescindível que a informação contábil seja revestida de qualidade (CAMPELO, 2007), a tabela 04 a seguir, demonstra o comportamento dos clubes em relação ao *disclosure* dos atributos qualitativos analisados nesse estudo.

Tabela 04 - Clubes Brasileiros X Atributos Qualitativos

ITENS AVALIADOS	2010		2011		2012		TOTAL	
	Q	%	Q	%	Q	%	Q	%
01 – O clube publicou notas explicativas?	18	94,7	18	94,7	19	100	55	96,5
02 – O clube publicou relatório da administração?	5	26,3	6	31,6	8	42,1	19	33,3
03 – O clube divulgou as principais práticas contábeis adotadas para o registro contábil das operações e elaboração das demonstrações contábeis?	18	94,7	18	94,7	19	100	55	96,5
04 – O clube divulgou a taxa de juros dos empréstimos e financiamentos?	12	63,2	12	63,2	13	68,4	37	64,9
05 – O parecer de auditoria é sem ressalva?	9	47,4	8	42,1	8	42,1	25	43,9
06 – O clube mantém no seu site em local de fácil acesso as demonstrações contábeis?	12	63,2	13	68,4	15	78,9	40	70,2

Fonte: Elaborado pelo autor.

Verifica-se na tabela 04, uma melhora nos atributos qualitativos evidenciados pelos clubes, no ano de 2012, toda a amostra estudada apresentou notas explicativas e divulgou as práticas adotadas para o registro contábil e elaboração das DC, 64,9% da amostra no período analisado, divulgou a taxa de juros dos empréstimos e financiamentos obtidos, percebe-se um crescimento por parte dos clubes na publicação do relatório de administração, totalizando 33,3% do estudo, 70,2% mantém as demonstrações em local de fácil acesso em seu site, proporcionando uma maior transparência e credibilidade a sua gestão, verifica-se que 43,9% da amostra estudada apresentou o parecer de auditoria sem ressalva, o que pode ser considerado um avanço significativo, uma vez que há poucos anos atrás os clubes não apresentavam os seus demonstrativos ou os publicavam sem nenhuma padronização, não proporcionando uma comparabilidade aos usuários da informação.

4.1 TESTE DAS HIPÓTESES

Nesta seção foram apresentados os resultados dos testes das hipóteses enunciadas no desenvolvimento do estudo, o teste das hipóteses está dividido em

duas partes, na primeira parte será analisada a relação entre o nível de evidenciação com as receitas e o desempenho dos clubes no período de 2010 a 2012, os dados da primeira parte estão resumidos no quadro 03.

Quadro 03 – Evidenciação X Receitas e Desempenho no Período de 2010 a 2012

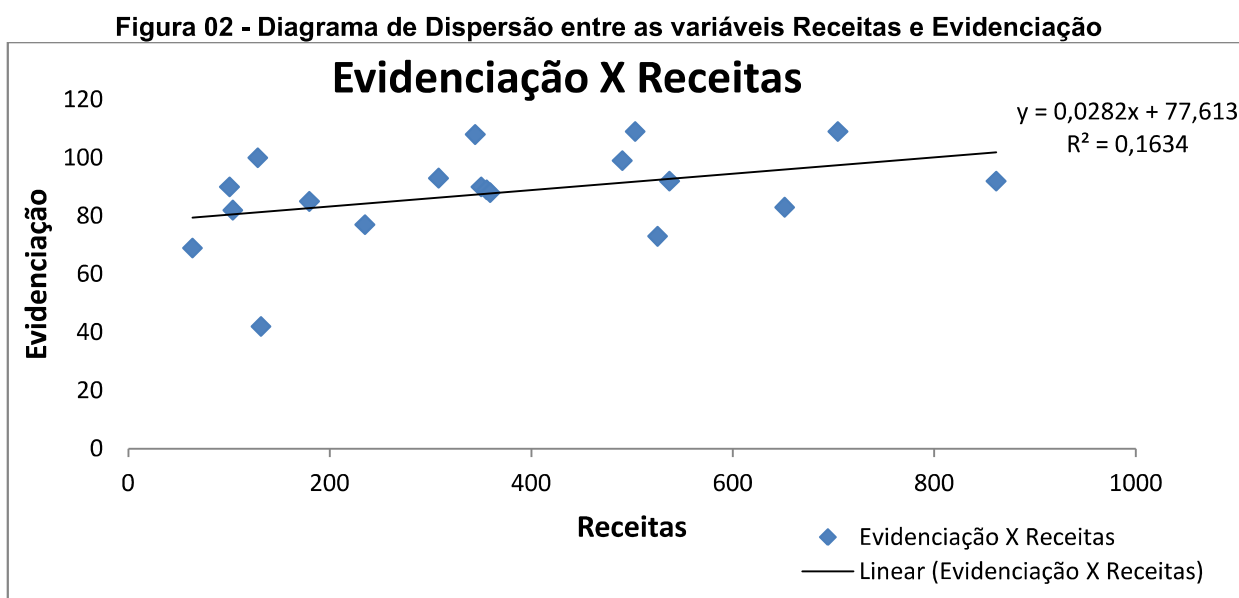
Clube	Evidenciação (em pontos)				Receita (milhões)				Pontos (Brasileirão)			
	2010	2011	2012	Total	2010	2011	2012	Total	2010	2011	2012	Total
Santos	36	36	37	109	116,5	189,1	197,8	503,4	56	53	53	162
São Paulo	36	36	37	109	194,7	224,6	246,7	704,6	55	59	66	180
Atlético PR	36	35	37	108	67,7	65,4	211,4	344,6	60	41	71	172
vitória	33	33	34	100	42,1	34,2	52,3	128,7	42	60	71	173
Grêmio	33	33	33	99	113,6	142,4	235,2	490,5	63	48	71	182
Fluminense	30	31	32	93	76,8	80,2	151,1	308,1	71	6,3	77	211
Corinthians	30	31	31	92	213,5	290,4	358	861,6	68	71	57	196
Palmeiras	28	32	32	92	148,3	148,1	244,6	537,5	50	50	34	134
Goias	29	29	32	90	30,4	17,1	71,3	100,6	33	52	78	163
Cruzeiro	30	30	30	90	101,4	128,7	120,4	350,4	69	43	52	164
Atlético MG	29	29	31	89	93,3	99,8	162,3	356,0	45	45	72	162
Vasco	32	30	26	88	83,6	136,6	139,4	359,5	49	69	58	176
Coritiba	24	30	31	85	30,7	66,5	82,8	180,0	71	57	48	176
Inter	27	28	28	83	179,2	198,5	264,2	651,8	58	60	52	170
Portuguesa	29	27	26	82	24,5	29,2	50,3	104,0	62	81	45	188
Botafoogo	25	26	26	77	52,7	59,5	123,4	235,0	59	56	55	170
Flamengo	25	24	24	73	128,5	184,2	212	525,6	44	61	50	155
Guarani	19	24	26	69	22,9	14,6	26,1	63,8	37	52	41	130
Bahia	11	10	21	42	20,6	39,6	66,6	132,0	65	46	47	158

Fonte: Elaborado pelo autor.

O Santos e o São Paulo foram os clubes com a melhor evidenciação com base nos itens do estudo, obtendo 109 pontos cada dos 150 possíveis, o Coritiba teve uma melhora na sua evidenciação e nas suas receitas ao longo do período analisado, o Bahia teve a pior evidenciação, devido a não publicar algumas demonstrações no ano de 2010 e 2011, o Guarani apresentou a segunda pior evidenciação e a menor receita da amostra estudada, no ano de 2014 a equipe disputará a terceira divisão do campeonato nacional.

Vasco e Portuguesa, apresentaram uma redução na sua evidenciação ao longo dos anos analisados, no ano de 2014 ambos disputarão a segunda divisão do campeonato brasileiro. Destaca-se também o Atlético Paranaense, terceira melhor evidenciação e teve um aumento significativo nas suas receitas no ano de 2012.

Hipótese 01: O nível de evidenciação contábil do clube de futebol está associado ao montante de receitas auferidas pelo clube.

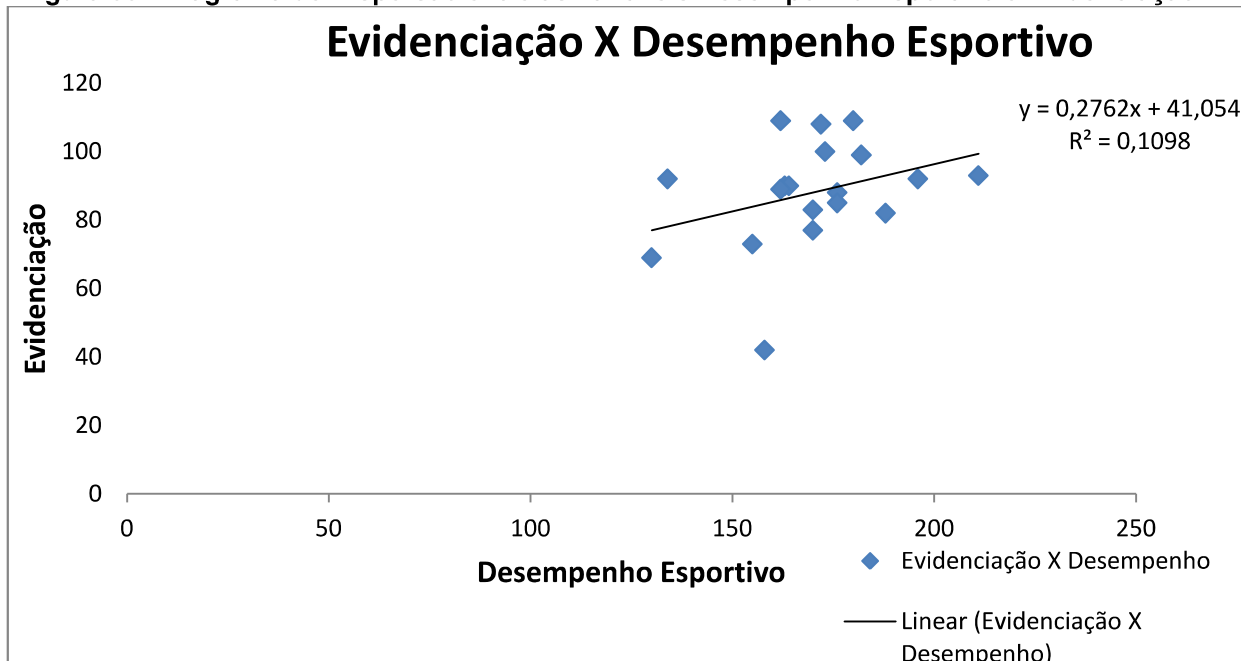


Fonte: Elaborado pelo autor.

Os clubes brasileiros aumentaram as suas receitas ao longo dos anos, porém 0,165 é o coeficiente de determinação com a variável evidenciação, ou seja apenas 16,5% da variável independente receita pode ser explicado pela variável dependente evidenciação, o grau de relacionamento, obtido através do coeficiente de correlação dessas duas variáveis é de 41%, considerado uma correlação média, diante desse cenário percebe-se que os clubes precisam melhorar em relação ao seu *disclosure*.

Hipótese 02: Existe relação entre o nível de evidenciação das informações contábeis e o desempenho do clube em competições profissionais

Figura 03 - Diagrama de Dispersão entre as variáveis Desempenho Esportivo e Evidenciação



Fonte : Elaborado pelo autor.

Quando analisa-se a relação desempenho e evidenciação percebe-se que 10,9% é o coeficiente de determinação e 0,33 é o de correlação, número que representa uma correlação média.

Percebe-se que os clubes brasileiros evoluíram ao longo dos anos em relação as suas receitas e a sua estrutura organizacional, porém ainda estão se adequando contabilmente a essa nova realidade.

Nesta segunda parte será analisada a relação entre o tamanho da torcida com as receitas obtidas e a quantidade de títulos conquistados pelos clubes no período de 2010 a 2012, os dados estão dispostos no quadro 04.

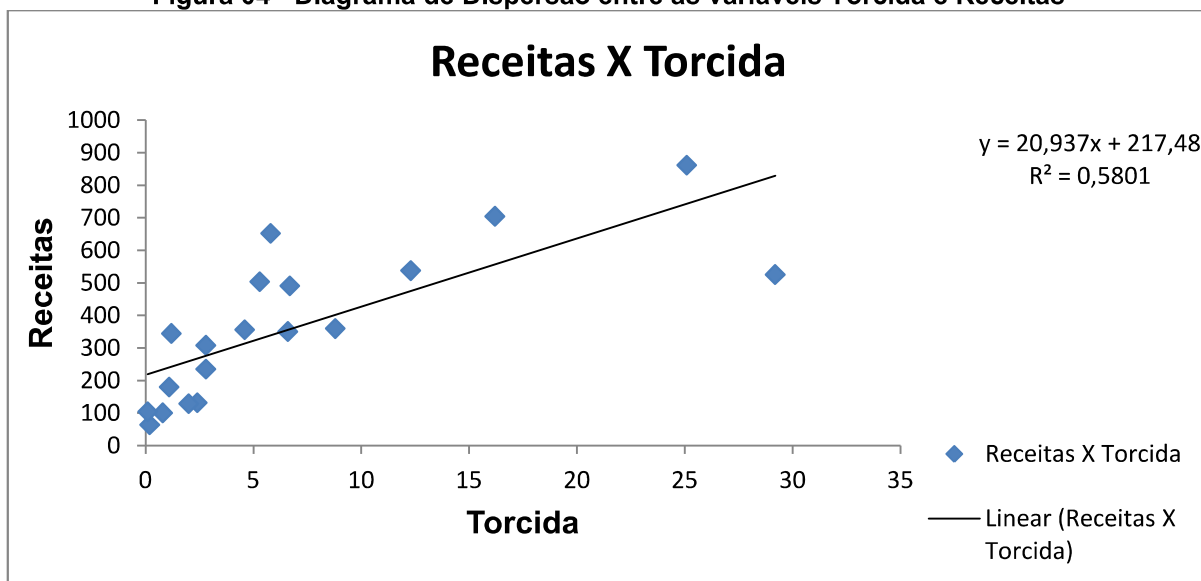
Quadro 04 - Tamanho da Torcida X Receitas e Títulos

Clube	Torcida (em Milhões)	Receita (milhões)	Títulos Conquistados
Flamengo	29,2	525,6	0
Corinthians	25,1	861,6	2
São Paulo	16,2	704,6	1
Palmeiras	12,3	537,5	1
Vasco	8,8	359,5	1
Grêmio	6,7	490,5	0
Cruzeiro	6,6	350,4	0
Internacional	5,8	651,8	1
Santos	5,3	503,4	2
Atlético MG	4,6	356,0	0
Botafogo	2,8	235,0	0
Fluminense	2,8	308,1	2
Bahia	2,4	132,0	0
Vitória	2,0	128,7	0
Atlético PR	1,2	344,6	0
Coritiba	1,1	180,0	1
Goiás	0,8	100,6	1
Guarani	0,2	63,8	0
Portuguesa	0,1	104,0	1

Fonte: Elaborado pelo autor

Hipótese 03: Existe relação entre o tamanho da torcida e o montante de receitas auferidas pelo clube

Figura 04 - Diagrama de Dispersão entre as variáveis Torcida e Receitas

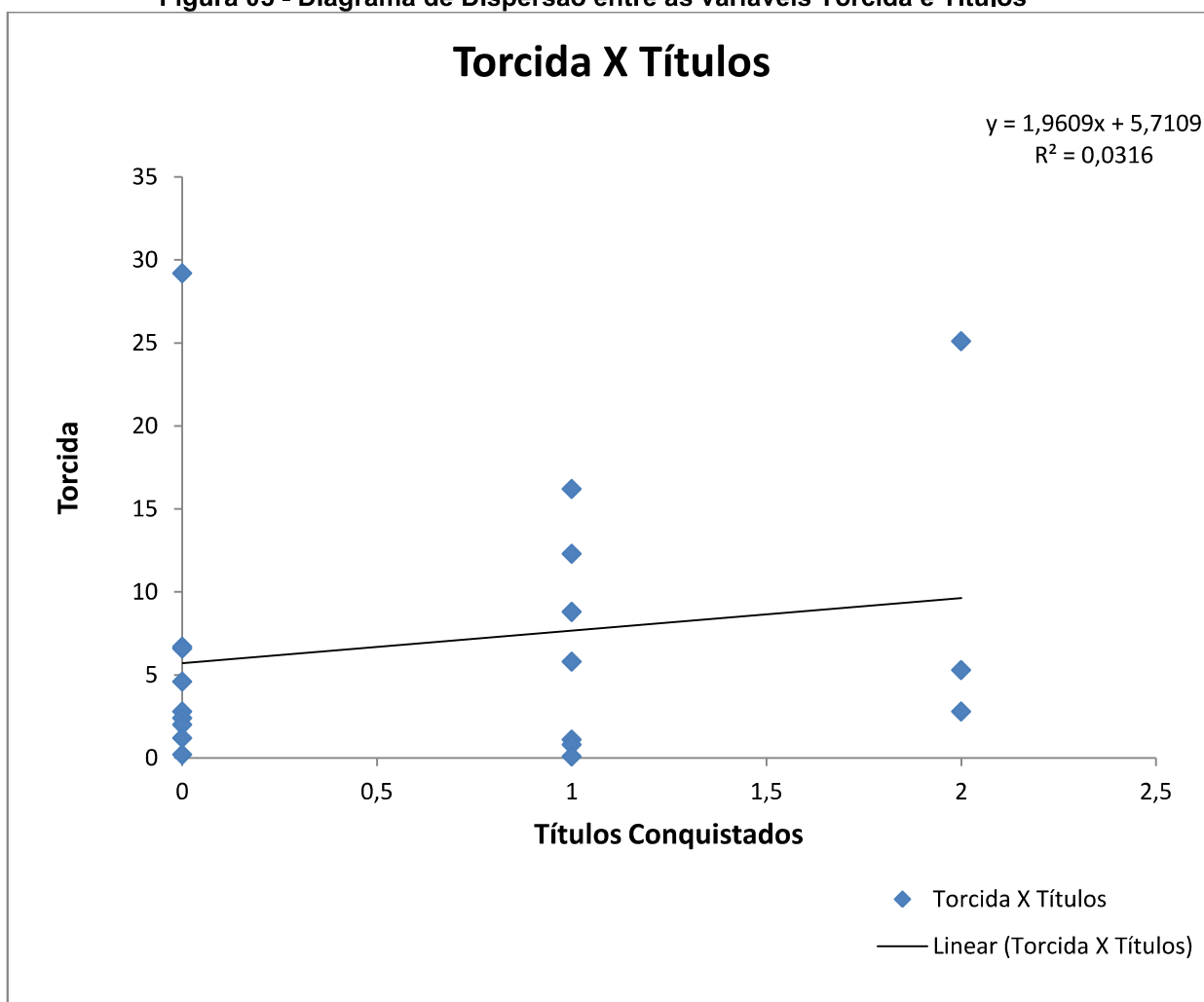


Fonte: Elaborado pelo autor

Verifica-se no gráfico 03 que o número de torcedores está relacionado com a montante de receitas obtidas, apresentando um coeficiente de correlação de 0,76, correlação forte, destaca-se nessa análise, o Flamengo, que embora seja a maior torcida do Brasil é apenas o quinto em receitas obtidas no período analisado, por sua vez o Internacional, detentor da oitava maior torcida do Brasil é o terceiro em quantidade de receitas obtidas.

Hipótese 04: Existe relação entre o tamanho da torcida e a quantidade de títulos conquistados no período estudado

Figura 05 - Diagrama de Dispersão entre as variáveis Torcida e Títulos



Fonte: Elaborado pelo autor

Embora o chamado “fator campo” seja muito importante no futebol, percebe-se que ele não é item predominante para a conquista de títulos, o coeficiente de correlação é de 0,17, considerado uma correlação fraca, cita-se como exemplo o

Santos, detentor da nona maior torcida do País, foi a equipe que mais conquistou títulos no período estudado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o passar das décadas, a atividade esportiva vem evoluindo significativamente, o Brasil acompanha esse processo, sendo escolhido como sede da Copa do mundo esse ano e as olimpíadas em 2016, dentre os esportes o que mais cresceu foi o futebol, um fato essencial foi a sua profissionalização, a partir desse momento, se tornou um negócio, atraindo cada vez mais investidores, que buscam difundir a imagem da sua organização.

Diante desse cenário, se faz necessário que pessoas capacitadas se façam presentes no meio esportivo, colaborando com o seu progresso, a criação de leis como Lei Zico e Lei Pelé foram marcos essenciais, garantindo direitos aos atletas, como por exemplo o “fim do passe” e obrigaram os clubes a fornecerem melhores condições de trabalho aos seus profissionais, como por exemplo a contratação de seguro para os seus jogadores.

A NBC T 10 13 aprovada pela resolução 1005/04 foi fundamental para a evolução dos desportos profissionais, uma vez que normatiza os procedimentos a serem adotados pelas entidades desportivas na elaboração dos seus demonstrativos e divulgação das suas informações, proporcionando aos usuários uma maior comparabilidade com os outros clubes e revestindo os mesmos com uma maior credibilidade, porém, os clubes brasileiros, enfrentam problemas em relação a essa padronização, fato claramente perceptível no *disclosure* dos atletas.

A contabilidade dos clubes brasileiros ainda não está adequada para os seus usuários, embora haja uma melhora por parte dos clubes, percebe-se que há muito a se melhorar principalmente em relação aos atributos qualitativos das informações fornecidas e a própria legislação específica que as entidades devem seguir.

A partir do teste de hipóteses verificou-se que a evidenciação apresenta uma correlação média com as variáveis receitas e desempenho, o que significa que os clubes com melhores receitas estão melhorando a sua evidenciação para atender os seus diversos usuários e obtendo uma melhor performance esportiva, uma vez que

dispõem de mais recursos, a variável Torcida apresenta uma correlação forte com o montante de receitas obtidas, reforçando a idéia de que o torcedor é o maior patrimônio do clube, porém a variável torcida apresenta uma correlação fraca com a variável títulos conquistados, o que demonstra que para obter êxito, os atletas precisam fazer a sua parte dentro do campo, reforçando o dito que torcida não ganha jogo.

Um fator muito importante verificado no estudo é que a maior parte dos clubes brasileiros não aproveitam o potencial de geração de receitas junto ao seu torcedor, temos como exemplo o clube de regatas do Flamengo, maior torcida do país, porém não possui a maior receita, na Europa é muito comum o *match Day*, programação feita pelos clubes que levam os torcedores ao estádio mais cedo, proporcionando visita aos seus museus e lojas, obtendo uma receita maior em dia de jogo e uma identificação maior com o clube por parte dos seus torcedores, visto que passam a conhecer melhor a história do clube.

5.1 ESTUDOS SUGERIDOS

Para futuras pesquisas sugere-se :

- Comparar o nível de evidenciação dos clubes brasileiros com os clubes estrangeiros.
- Uma análise comparativa das informações contábeis fornecidas pelos clubes paraibanos.
- Analisar o *disclosure* dos clubes brasileiros por região.
- Comparar o nível de *disclosure* entre os clubes brasileiros das séries A, B, C e D.
- O impacto da gestão nos resultados financeiros e esportivos dos clubes brasileiros.
- Analisar a situação financeira dos clubes brasileiros.
- Verificar o nível de observância dos clubes brasileiros em relação a ITG 2003.
- Traçar um perfil sobre as mudanças entre a NBC T 10 13 e a ITG 2003.
- Analisar as demonstrações contábeis das confederações e federações desportivas.

REFERÊNCIAS

AIDAR, Carlos Miguel Castexet al. **Direito Desportivo**. Campinas: Editora Jurídica Mizuno, 2000.

AIDAR, Antônio Carlos Kfourir; LEONCINI, Marvio Pereira; OLIVEIRA, João José de. **A nova gestão do futebol**. 2. Ed. Rio de Janeiro. Editora FGV, 2002.

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. Discussão sobre as mudanças na legislação desportiva brasileira: caso do futebol e a lei do passe. *Revista digital*, Buenos Aires, v. 111, ago. 2007. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd111/legislacao-desportiva-brasileira-caso-do-futebol-e-a-lei-do-passe.htm>>. Acesso em: 05 out. 2013

AMADOR, Renato P. **Avaliação de empresas**: uma aplicação aos clubes de futebol. Brasília 2004. 134 f Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Programa Multiinstitucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis UnB/UFPB/UFRN, Universidade de Brasília, Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.ludopedio.com.br/rc/upload/files/171814_Amador%20\(M\)%20-%20Avaliacao%20de%20empresas_%20uma%20aplicacao%20aos%20clubes%20de%20futebol.pdf](http://www.ludopedio.com.br/rc/upload/files/171814_Amador%20(M)%20-%20Avaliacao%20de%20empresas_%20uma%20aplicacao%20aos%20clubes%20de%20futebol.pdf)>. Acesso em 12 set. 2013

ANDRADE, Michel de Castro. **Padronização das demonstrações contábeis dos principais clubes de futebol do Brasil**. 2009. 73 f. Monografia (Graduação em Ciências Contábeis) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em :< <http://tcc.bu.ufsc.br/Contabeis291324>>. Acesso em 06 ago. 2013

AQUINO, Ducineli Régis Botelho de; FERREIRA, Vanessa florêncio. Análise do nível de evidenciação dos itens compulsórios e não compulsórios: um estudo nos relatórios contábeis da Petrobras. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 3, n 1, p. 07-26, jan./abr.2007. Disponível em: <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/139/98>>. Acesso em 18 mai. 2013.

ARAÚJO, Sara Figueiredo de; BUESA, Natasha Young. Contabilidade Esportiva: A adoção da resolução nº 1.005/2004 nos clubes paulistas de futebol. **Revista Eletrônica Gestão e negócios**, São Paulo, volume 03, nº 01, 2012. Disponível em :< <http://www.facsao Roque.br/novo/publicacoes/pdf/v3-n1-2012/Sara.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2013

BASTOS, Paulo Sérgio Siqueira; PEREIRA, Roberto Miguel; TOSTES, Fernando Pereira. A evidenciação contábil do ativo intangível – atletas– dos clubes de futebol. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6., 2006, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2006. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos62006/64.pdf>>. Acesso em 15 mai. 2013.

BDO. 6º Valor das marcas dos clubes brasileiros. 2013. Disponível em: <http://www.bdobrazil.com.br/pt/PDFs/Estudos_Zipados/ValordasMarcasde2013.pdf>. Acesso em 19 out. 2013.

BEUREN, Ilse Maria; et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 195p.

BRASIL. Decreto-lei n.º 3.199, de 14 de abril de 1941. Estabelece as bases de organização dos desportos em todo o país. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=152593>>. Acesso em: 12 nov 2008.

_____. Lei Geral sobre os Desportos, Lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Leis/L9615Compilada.htm>>. Acesso em: 22 out 2008.

_____. Medida Provisória n.º 79, de 27 de novembro de 2002. Dispõe sobre o direito ao ressarcimento dos custos de formação de atleta não profissional e a exploração comercial da imagem do atleta profissional e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2002/79.htm>. Acesso em 18 jul. 2013

_____. Lei n.º 8.672, de 6 de julho de 1993. Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1993/8672.htm>>. Acesso em: 18 nov 2008.

_____. Lei n.º 10.672, de 15 de março de 2003. Altera dispositivos da lei n.º 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/2003/10672.htm>>. Acesso em: 12 nov 2008.

_____. Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e

divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Lei/L11638.htm>. Acesso em: 18 mai.2013.

BORGES, Luciano. **Fundador do Clube dos 13 diz que CBF acabou com a entidade criada em 1987**, 2011. Disponível em:<<http://terramagazine.terra.com.br/blogdobleiro/blog/2011/02/28/fundador-do-clube-dos-13-diz-que-cbf-acabou-com-a-entidade-criada-em-1987/>>. Acesso em: 15 set. 2013

CAMPELO, Karina Simões. **Características qualitativas da informação contábil**: uma análise do grau de entendimento dos gestores financeiros de empresas do setor elétrico brasileiro. 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis)-Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós- Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de Brasília/UFPB/UFPE/UFRN, Recife, 2007. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10482/3109>>. Acesso em: 16 nov. 2013

CARDOSO, V. I. C.; MAIA, A. B. G. R.; PONTE, V. M. R. Práticas de *disclosure* do ativo intangível em clubes de futebol. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 12., 2012, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2012. Disponível em :<<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos122012/379.pdf>>. Acesso em 16 mai. 2013

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). Resolução CFC nº. 1.005, de 17 de setembro de 2004. Aprova a NBC T 10.13 – Dos Aspectos Contábeis Específicos em Entidades Desportivas Profissionais. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1005.doc>. Acesso em: 08 set 2013.

_____. Resolução CFC nº. 1.429, de 25 de janeiro de 2013. Aprova a ITG 2003 – Entidade Desportiva Profissional. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1429.doc>. Acesso em: 08 set 2013.

_____. Resolução CFC nº. 1.328, de 18 de março de 2011. Dispõe sobre a estrutura das normas brasileiras de contabilidade . Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1328.doc>. Acesso em: 08 set 2013.

COSTA, Guilherme. **O futebol chegou ao Brasil em 1874.**, 2009. Disponível em :<<http://www.portal2014.org.br/noticias/81/O+FUTEBOL+CHEGOU+AO+BRASIL+EM+1874.html>>. Acesso em 13. out. 2013.

CUNHA, Fábio Aires.**Clube dos 13 X G 14**, 2010. Disponível em:<<http://www.fcunha.com.br/artigo/Clube%20do%2013%20X%20G14.htm>>.

Acesso em 05 ago.2013

DANTAS, Marke Geisy da Silva; BOENTE, Diego Rodrigues. A eficiência financeira e esportiva dos maiores clubes de futebol europeus utilizando a análise envoltória de dados. **Revista de Contabilidade e Organizações**, Ribeirão Preto, SP, v. 05, n.3, p.75-90, set-dez 2011. Disponível em: <<http://www.rco.usp.br/index.php/rco/article/view/322/212>>. Acesso em : 14 set. 2013

_____. A Utilização da Análise Envoltória de Dados na Medição de Eficiência dos Clubes Brasileiros de Futebol. *Revista Contabilidade Vista e Revista*, Minas Gerais, v. 23, n. 04, p. 101-130, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://web.face.ufmg.br/face/revista/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/1549/pdf_20>. Acesso em 05 out. 2013

DELOITTE. Muito além do futebol.estudo sobre esportes no Brasil.2011. Disponível em: <<http://www.deloitte.com/assets/Dcom-brazil/Local%20Assets/Documents/Estudos%20e%20pesquisas/PesquisaMuitoAlemFutebol.pdf>>. Acesso em 19out. 2013.

_____. Football moneyleague 2013. Disponível em :<http://www.deloitte.com/view/pt_PT/pt/servicos/consulting/18a0454c5286c310VgnVCM2000003356f70aRCRD.htm>. Acesso em 11 out. 2013.

DIAS FILHO, José Maria. **A Linguagem Utilizada na Evidenciação Contábil: uma análise de sua compreensibilidade à luz da Teoria da Comunicação**. Caderno de Estudos FIECAFI, v.13, n.24, p.38-49, São Paulo, julho/dezembro 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-92512000000200003&script=sci_arttext>. Acesso em 02 nov. 2013.

ESPÍNDULA,Natália Sobrinho. **Relações trabalhistas no desporto**: o contrato de direito de imagem. 2012. 22 f. Artigo Científico (Pós-graduação Lato Sensu) – Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/paginas/trabalhos_conclusao/1semestre2012/trabalhos_12012/nataliaespindula.pdf> Acesso em; 19 set. 2013

FERREIRA, Bruno. **A história do futebol no Brasil**, 2012. Disponível em: <<http://historiabruno.blogspot.com.br/2012/03/historia-do-futebol-no-brasil.html>> Acesso em 14 set. 2013

FIFA. **Informações oficiais sobre o Brasil**. Disponível em: <<http://pt.fifa.com/associations/association=bra/countryInfo.html>>. Acesso em 15 jun. 2013.

FPF. **Demonstrativos financeiros dos clubes paulistas**. Disponível em: <<http://www.futebolpaulista.com.br/afederacao/financas>>. Acesso em: 05 mai. 2013.

GALEANO, Eduardo. **Futebol ao sol e à sombra**. Porto Alegre. Editora L&PM, 1995

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo : Atlas, 2006.

HOLANDA, A. P. *et al.* determinantes do nível de *disclosure* em clubes brasileiros de futebol. **Revista de contabilidade do mestrado em ciências contábeis da UERJ(online)**, Rio de Janeiro, v.17, n.01, p-02-17, jan-abr. 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5401/4105>>. Acesso em: 18 jul 2013.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2000

_____. **Teoria da contabilidade**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

_____ et al. **Manual de Contabilidade Societária**. São Paulo: Atlas, 2010

_____; MARION, José Carlos. **Contabilidade Comercial**: Atualizado conforme Lei nº11.638/07 e MP 449/08-8. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEITE, Duílio Ulhôa ; PINHEIRO, Laura Edith Taboada. *Disclosure de Ativo Intangível: Um Estudo dos Clubes de Futebol Brasileiros*. IN: CONGRESSO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS, 3., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Estácio de Sá, 2012. Disponível em: <<http://www.facc.ufrj.br/ocs/index.php/adcont/adcont2012/paper/view/525>>. Acesso em 10 out. 2013

LEONCINI, Márvio Pereira. **Entendendo o Negócio Futebol**: Um Estudo sobre a Transformação do modelo de Gestão estratégica dos Clubes de Futebol. São Paulo: Tese de Doutorado da USP, 2001. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/semead/13semead/resultado/trabalhosPDF/261.pdf>>. Acesso em 15 jul.2013.

LIMA, Marcos Antunes de. **As origens do futebol na Inglaterra e no Brasil**, 2013. Disponível em: <<http://www.klepsidra.net/klepsidra14/futebol.html>>. Acesso em 15 jun. 2013

LIMA, Diana Vaz de; VIEGAS, Waldyr. Tratamento Contábil e evidenciação das externalidades ecológicas. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, v. 13, n 30, p 46-53, set/dez. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v13n30/v13n30a04.pdf>>. Acesso em 03 nov. 2013.

LOPES, Alexsandro Broedel; MARTINS, Eliseu. **Teoria da contabilidade: uma nova abordagem**. São Paulo: Atlas, 2005.

LOPES, Alexsandro Broedel et al. **Estudando teoria da contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2009.

PLURI CONSULTORIA. **o potencial de consumo das torcidas brasileiras**, 2012. Disponível em: <<http://www.pluriconsultoria.com.br/uploads/relatorios/Pluri%20Pesquisas%20-%20POTENCIAL%20DE%20CONSUMO%20-%20COMPLETA.pdf>>. Acesso em 15 mai 2013.

Magalhães, Livia Gonçalves. **Histórias do futebol**. São Paulo: Arquivo Público do Estado, 2010. 192 p.: il. (Coleção Ensino & Memória, 1). Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/difusao/download/futebol_download.pdf>. Acesso em 5 out. de 2013

MEDEIROS, Otávio; QUINTEIRO, Luis. **Disclosure of accounting information and stock return volatility in Brazil**. Social Science Research Network. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=835726>. Outubro, 2005. Acesso em 11 de setembro de 2013

NEVES, Isabela Gama de Lima. **Contrato de trabalho desportivo** : da rescisão contratual do atleta profissional de futebol. 2011. 41 f. Monografia (Graduação em Direito) - Universidade Presidente Antônio Carlos, Barbacena, 2011. Disponível em :<<http://www.unipac.br/bb/tcc/tcc-c6f0381ab32534f3bdba2b8e406aab25.pdf>>. Acesso em : 20 jun. 2013

PIMENTEL, João Guilherme de Mattos. **A relevância do profissionalismo no futebol e os impactos da credibilidade dos dirigentes na obtenção de patrocínio**. 2011. 68 f. Dissertação (Mestrado em Gestão Empresarial) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/9736/Joao_Guilherme_Pimentel.pdf?sequence=1>. Acesso em : 11 out. 2013

PONTE, Vera Maria Rodrigues. Et al. Análise das práticas de divulgação do ajuste ao valor presente pelas companhias listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Universo**

Contábil, Blumenau, v. 08, n 1, p. 53-69, jan./mar.2012. Disponível em:<<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2173/1852>>. Acesso em : 01 nov. 2013.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: Métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. Ed. Rio Grande do Sul. Editora Feevale,2013. Disponível em :<<http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad-1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>> Acesso em 12 out. 2013.

RASCHKA, Ingrid Medawar; WALLNER, Rafaela Janaina Gomes; COSTA, Karina Brito da. Contabilidade esportiva: um estudo sobre a evidenciação das demonstrações contábeis dos clubes Paulistas de futebol. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 10., 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2010. Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos102010/289.pdf>> Acesso em : 18 ago. 2013

REZENDE, Amaury José; DALMÁCIO, Flávia Zóboli; SALGADO, André Luiz. Nível de disclosure das atividades operacionais, econômicas e financeiras dos clubes brasileiros. **Revista Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v.13, n.2,p.36-50, mai./ago.2010. Disponível em:<<http://cgg-amg.unb.br/index.php/contabil/article/view/282>>. Acesso em:25 jul. 2013

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999. 334p.

ROCCO JR., A. J. Especial Esporte e Gestão: Clubes Esportivos. **Revista de Administração de Empresas da Fundação Getulio Vargas (RAE) FGV** vol.6. n. 3 Mai/Jun 2007. Disponível em :<<http://rae.fgv.br/sites/rae.fgv.br/files/artigos/4891.pdf>>. Acesso em 23 jul.2013

RODRIGUES, Francisco Xavier Freire. O fim do passe e as transferências de jogadores brasileiros em uma época de globalização. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, RS, ano 12, nº 24, p. 338-380, mai./ago. 2010. Disponível em : <<http://www.scielo.br/pdf/soc/v12n24/v12n24a12.pdf>>. Acesso: em 15 nov. 2013

SARMENTO, Carlos Eduardo. *A regra do jogo*: uma história institucional da CBF/Coordenação Adelina Maria Novaes Cruz, Carlos Eduardo Sarmiento e Juliana Lage Rodrigues; Texto Carlos Eduardo Sarmiento. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 176 f. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1669.pdf>. Acesso em 30 mai.2013

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2008. 309p.

SILVA, César Augusto Tibúrcio; TEIXEIRA, Hígor Medeiros; NIYAMA, Jorge Katsumi. Evidenciação contábil em entidades desportivas: uma análise dos clubes de futebol brasileiros. In: CONGRESSO USP DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 9., 2009, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <<http://www.congressousp.fipecafi.org/artigos92009/305.pdf>>. Acesso em: 17 jul. 2013

SILVA, Cátia Beatriz Amaral da; MADEIRA, Geová José; ASSIS, José Luiz Ferreira de. Harmonização de normas contábeis: um estudo sobre as divergências entre normas contábeis internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 115-139, janeiro/junho 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/contabilidade/article/view/704/562>>. Acesso em 31 out. 2013.

SILVA, Sidney Barbosa da. **Resumo da história do futebol**, 2005. Disponível em: <http://www.campeoesdofutebol.com.br/hist_futebol.html>. Acesso em 13 set. 2013.

SILVA, Wagner Dias da. **Contribuição à mensuração e evidenciação nos relatórios contábeis do valor dos contratos com atletas de futebol para as sociedades desportivas** : um estudo de caso no sport clube corinthians. 2004. 146 f. dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade Estratégica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <http://200.169.97.106/biblioteca/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=357>. Acesso em 15 mai. 2013

SILVEIRA, Mauro Lima. Alguns comentários sobre a Lei 9.615/98. A lei Pelé. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 6, n. 51, 1 out. 2001. Disponível em: <<http://jus.com.br/artigos/2178>>. Acesso em: 25 ago. 2013.

VASCONCELOS, Yumara L.; VIANA, Aurelina L. Evidenciação: forma e qualidade. **Revista do Conselho Federal de Contabilidade**, Brasília, n. 134, p. 21-30, mar./abr. 2002.

YAMAMOTO, Marina Mitiyo; SALOTTI, Bruno Meirelles. **Informação contábil: estudos sobre a sua divulgação no mercado de capitais**. São Paulo: Atlas, 2006.

WITTER, José Sebastião. Futebol: Um fenômeno universal do século XX. **Revista USP**, São Paulo, n. 58, p. 161-168, jun. /ago., 2003. Disponível em

:<<http://www.usp.br/revistausp/58/11-witter.pdf>>. Acesso em: 05 set. 2013

Padronização das Práticas Contábeis dos Clubes de Futebol Profissional. Brasília: [s.n.], 2006. Disponível em: <<http://www.navarrette.com.br/Cartilha%20sobre%20contabilizacao%20em%20clubes%20de%20futebol.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2013.

Portal de contabilidade. **Introdução às normas brasileiras de contabilidade.** Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/normascontabilidade.htm>>. Acesso em 23 jul.2013

APÊNDICE – CHECKLIST DE ITENS DE EVIDENCIAÇÃO

NÃO DIVULGA	DIVULGA		
0 PONTO	1 PONTO		
ITENS AVALIADOS	2010	2011	2012
01 - O clube publicou balanço patrimonial?			
02- O clube publicou a demonstração do superávit do exercício?			
03- O clube publicou demonstração dos fluxos de caixa			
04- O clube publicou demonstração das mutações do patrimônio líquido?			
05- O clube publicou notas explicativas?			
06- O clube publicou relatório da administração?			
07- O clube publicou parecer dos auditores independentes?			
08- O clube publicou demonstração do valor adicionado?			
09- O clube publicou balanço social?			
10- O clube publicou as demonstrações até o dia 30 de abril conforme rege a lei Pelé?			
11- O clube divulgou as principais práticas contábeis adotadas para registro contábil das operações e elaboração das demonstrações contábeis?			
12- O clube divulgou o valor da depreciação acumulada por grupo de bens?			
13- O clube divulgou as taxas anuais de depreciação por grupos de bens?			
14- O clube divulgou Indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior			
15- O clube divulgou a taxa de juros dos empréstimos e financiamentos			
16- O clube mantém no seu site em local de fácil acesso as demonstrações contábeis?			

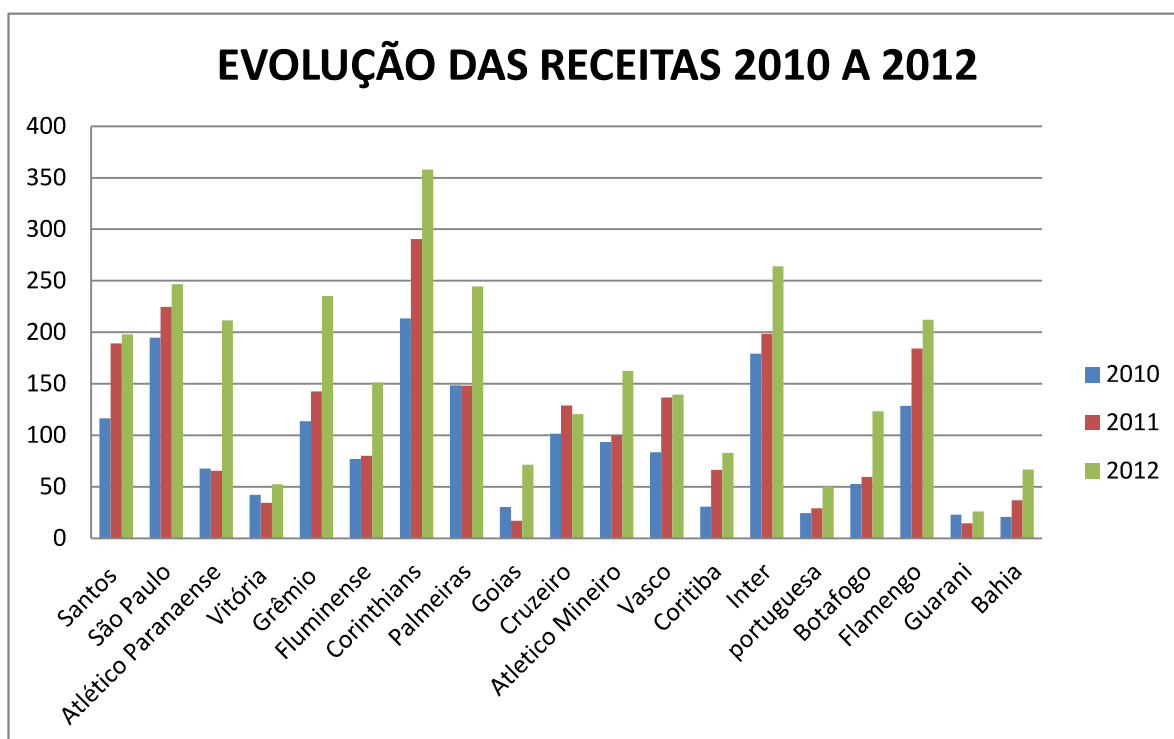
NÃO EVIDENCIA	EVIDENCIA	EVIDENCIA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO		
0 PONTO	1 PONTO	2 PONTOS		
ITENS AVALIADOS		2010	2011	2012
01- O parecer de auditoria é sem ressalva?				
02- a demonstração do superávit do exercício apresenta, de forma segregada, as receitas, os custos e as despesas diretamente vinculadas com a atividade desportiva das demais?				
03- os gastos com formação de atletas são registrados no ativo imobilizado, em conta específica de formação de atletas?				
04- Os gastos com a contratação ou a renovação de contrato de atletas profissionais são registrados no ativo imobilizado, em conta específica, pelo valor, efetivamente, pago ou incorrido?				
05- As receitas de bilheteria, direito de transmissão e de imagem, patrocínio, publicidade e outras receitas assemelhadas são registradas em contas específicas do resultado operacional?				
06- O recebimento antecipado das receitas de bilheteria, direito de transmissão e de imagem, patrocínio, publicidade e outras receitas assemelhadas são registradas no passivo?				
07- O clube apresenta Nota Explicativa dos gastos com a formação de atletas, registrados no ativo imobilizado e montante baixado para o resultado no exercício?				
08- O clube apresenta Nota Explicativa da composição dos direitos sobre os atletas profissionais, registrados no ativo imobilizado com a segregação do valor correspondente a custo e amortização e prazo médio remanescente a amortizar?				
09- O clube apresenta Nota Explicativa das receitas obtidas e seu correspondente custo de aquisição com a negociação e a liberação de atletas profissionais, segregados os valores das negociações com o mercado externo?				
10- O clube apresenta Nota Explicativa dos valores em moeda estrangeira de direitos e obrigações com o mercado externo?				
11- O clube divulgou a descrição e natureza das contingências passivas, e seus efeitos financeiros?				
12- O clube apresenta Nota Explicativa das contingências ativas e passivas de natureza tributária, previdenciária, trabalhista, cível e assemelhadas?				
13- O clube divulgou a chance de ocorrência dessas contingências (provável, possível ou remota)?				
14- Foi divulgada a existência de seguros?				
15- Foram divulgados quais ativos estão cobertos por seguros?				
16- O clube apresenta Nota Explicativa dos seguros contratados para os atletas profissionais e demais ativos da entidade?				
17- O clube registrou gastos com bonificações para os atletas na conta despesa com pessoal da DRE?				

CAMPEÕES DE 2010 A 2012

Competição	Ano	Campeão	Estado
Campeonato Brasileiro Série A	2010	Fluminense	Rio de Janeiro
Campeonato Brasileiro Série B	2010	Coritiba	Paraná
Copa do Brasil	2010	Santos	São Paulo
Copa Libertadores da América	2010	Internacional	Rio Grande do Sul
Campeonato Brasileiro Série A	2011	Corinthians	São Paulo
Campeonato Brasileiro Série B	2011	Portuguesa	São Paulo
Copa do Brasil	2011	Vasco	Rio de Janeiro
Copa Libertadores da América	2011	Santos	São Paulo
Campeonato Brasileiro Série A	2012	Fluminense	Rio de Janeiro
Campeonato Brasileiro Série B	2012	Goiás	Goiás
Copa do Brasil	2012	Palmeiras	São Paulo
Copa Libertadores da América	2012	Corinthians	São Paulo
Copa Sul-Americana	2012	São Paulo	São Paulo

EVOLUÇÃO DAS RECEITAS DOS CLUBES NO PERÍODO DE 2010 A 2012

Clube	2010	2011	2012
Santos	116,5	189,1	197,8
São Paulo	194,7	224,6	246,7
Atlético Paranaense	67,7	65,4	211,4
Vitória	42,1	34,2	52,3
Grêmio	113,6	142,4	235,2
Fluminense	76,8	80,2	151,1
Corinthians	213,5	290,4	358
Palmeiras	148,3	148,1	244,6
Goiás	30,4	17,1	71,3
Cruzeiro	101,4	128,7	120,4
Atletico Mineiro	93,3	99,8	162,3
Vasco	83,6	136,6	139,4
Coritiba	30,7	66,5	82,8
Inter	179,2	198,5	264,2
portuguesa	24,5	29,2	50,3
Botafogo	52,7	59,5	123,4
Flamengo	128,5	184,2	212
Guarani	22,9	14,6	26,1
Bahia	20,6	36,9	66,6



Pontifícia Universidade Católica – PUCRS
Faculdade de Matemática – Departamento de Estatística
Profa. Rossana Fraga Benites

GRAU DE RELACIONAMENTO E TIPO DE CORRELAÇÃO

VALOR	TIPO DE CORRELAÇÃO
$r=0$	NÃO HÁ CORRELAÇÃO
$0 < r \leq 0,3$	CORRELAÇÃO FRACA
$0,3 < r \leq 0,6$	CORRELAÇÃO MÉDIA
$0,6 < r \leq 0,9$	CORRELAÇÃO FORTE
$0,9 < r \leq 0,99$	CORRELAÇÃO FORTÍSSIMA
$r=1,0$	CORRELAÇÃO PERFEITA